mercado de trabalho
conjuntura e análise

ANO 10 | NOVEMBRO 2005 |

29

MTE MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

mercado de trabalho
conjuntura e análise

| NOVEMBRO 2005 |

29

MTE MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Governo Federal

Ministério do Trabalho e Emprego

Ministro - Luiz Marinho
Secretário Executivo - Marco Antonio de Oliveira

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Ministro - Paulo Bernardo Silva
Secretário Executivo - João Bernardo de Azevedo Bringel

ipea **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o IPEA fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais, possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro, e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Glauco Arbix

Diretora de Estudos Sociais
Anna Maria T. Medeiros Peliano
Diretor de Administração e Finanças
Cinara Maria Fonseca de Lima
Diretor de Cooperação e Desenvolvimento
Luiz Henrique Proença Soares
Diretor de Estudos Regionais e Urbanos
Marcelo Piancastelli de Siqueira
Diretor de Estudos Setoriais
João Alberto De Negri
Diretor de Estudos Macroeconômicos
Paulo Mansur Levy

Chefe de Gabinete
Persio Marco Antonio Davison
Assessor Chefe de Comunicação
Murilo Lôbo

mercado de trabalho conjuntura e análise

CORPO EDITORIAL

Editor Responsável
Lauro Ramos

Editor Assistente
Luiz Eduardo Parreiras

Equipe
Marcelo de Ávila - economista
Anderson Castelo Branco Rezende - estagiário**
Rafael Pastore Bret de Menezes - estagiário**
Valéria da Silva Ferreira - Programador SAS*
Raphael Soares - Programador SAS*

* Convênio IPEA/MTE/ANPEC
**Bolsista

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nem do Ministério do Trabalho e Emprego.

AGRADECIMENTOS
Ao Ministério do Trabalho e Emprego, ao IBGE, à Fundação Seade e ao Dieese por cederem os dados necessários à elaboração deste boletim.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO III

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO 1

NOTAS TÉCNICAS 19

AVALIAÇÃO GERAL DOS RESULTADOS DA PNAD DE 2004
Lauro Ramos
Sergei Soares
Marcelo de Ávila 21

A TAXA DE PARTICIPAÇÃO E OS EFEITOS TRABALHADOR ADICIONAL E DESALENTO
Gustavo Gonzaga
Maurício Cortez Reis 29

ANEXO ESTATÍSTICO 37

APRESENTAÇÃO

O mercado de trabalho em 2005, mesmo não gerando um volume de oportunidades de trabalho tão expressivo como em 2004, não decepcionou: na realidade, a variação média anual de 3% é bastante significativa, haja vista o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB), cujo crescimento real deverá se situar abaixo dessa taxa. Além disso, uma característica da evolução observada na demanda por trabalho nos últimos tempos, a forte geração de empregos formais, foi ainda mais marcante em 2005. A taxa de desemprego também mostrou uma evolução favorável, em parte explicada pela menor pressão da oferta de trabalho. Os rendimentos médios reais continuaram o seu processo de recuperação gradativa, o que, considerando-se a dinâmica observada no emprego, implicou também melhoria da massa salarial.

Contrariamente ao que já havia se tornado costumeiro, desta vez o *Boletim Mercado de Trabalho Conjuntura e Análise* não apresenta a tradicional seção Opinião dos Atores, que, contudo, deverá voltar a compor sua estrutura editorial no próximo número. Quanto às Notas Técnicas, a primeira delas, de autoria de Lauro Ramos, Sergei Soares e Marcelo de Ávila, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no contexto das boas notícias sobre a evolução do mercado de trabalho em 2005, apresenta uma análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2004, confirmando para o conjunto do país, entre outros resultados, as melhorias que segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) vêm ocorrendo nas principais regiões metropolitanas. A segunda Nota Técnica, de Maurício Cortez Reis, também do Ipea, e Gustavo Gonzaga, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), traz resultados — relativos ao comportamento da oferta de trabalho no curto prazo — que contribuem para o entendimento da evolução da taxa de desemprego ao longo do ciclo econômico.

Para finalizar esta Apresentação, cabe esclarecer que, devido ao atraso havido ao final de 2005 na edição deste número, optou-se por aguardar a divulgação dos dados de dezembro da PME, de forma a se ter um panorama completo do mercado de trabalho em 2005. Como as capas já haviam sido impressas, o mês de referência da publicação aparece como sendo novembro de 2005, embora sua realização tenha se dado em janeiro de 2006.

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

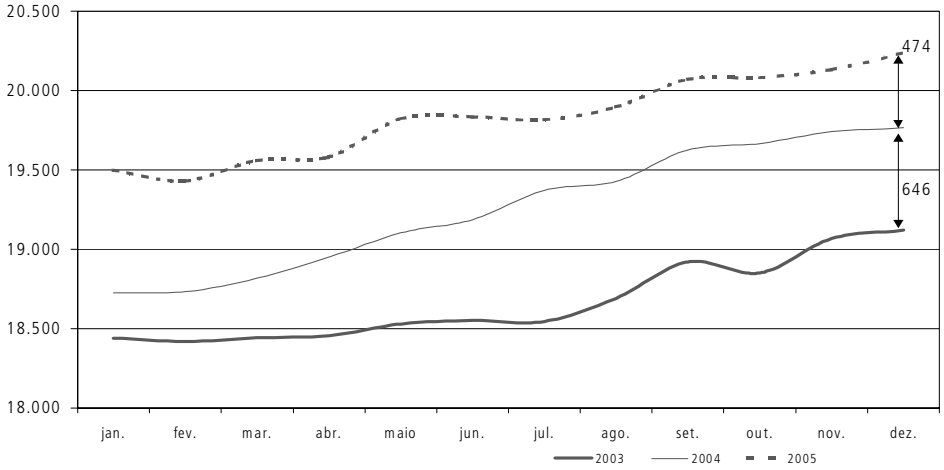
O mercado de trabalho metropolitano passou por importantes mudanças no padrão de evolução de seus principais indicadores agregados no último triênio, registrando — segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) — desaceleração na criação de vagas, paralelamente ao crescimento gradual da qualidade das mesmas. Mesmo com o menor volume de empregos gerados, a taxa de desemprego média anual vem caindo de forma contínua, dada a menor pressão vinda do arrefecimento na expansão da População Economicamente Ativa (PEA). Outra notável transformação é a maior seletividade que o mercado de trabalho vem apresentando, beneficiando mais aqueles que detêm maior nível de escolaridade.

Os rendimentos reais habitualmente recebidos, que passaram por um processo de corrosão em 2003, reverteram — após isso — a tendência que vinham sofrendo até então, passando a crescer nos anos seguintes, mesmo que de maneira lenta.

OCUPAÇÃO

É inegável a existência de uma desaceleração da criação líquida de vagas no mercado de trabalho (851 mil em 2003,[1] 646 mil em 2004 e 474 mil em 2005). O Gráfico 1 mostra a diferença da inclinação das curvas anuais da ocupação nos três anos, tendo havido, em 2004, um ritmo mais homogêneo de crescimento de ocupados, salvo no mês de janeiro desse mesmo ano, pela maior diminuição do número de empregos em um mês (–392 mil) desde o início da série nova da PME (março de 2002). Essa perda de vagas pode ser atribuída ao forte crescimento de empregos de baixa qualidade em 2003 — a ser explicado adiante — os quais oferecem maior instabilidade e provocam maior rotatividade do mercado de trabalho.

GRÁFICO 1
PME/IBGE: NÍVEL DE OCUPAÇÃO
[em mil]



1. O crescimento de empregos nesse ano, que na sua maioria veio do setor informal, deve ser analisado com cautela dada a estagnação da atividade econômica em 2003.

O Gráfico 2 apresenta praticamente três tendências na evolução da variação anual da ocupação: forte desaceleração do crescimento desse indicador desde março de 2003 intensificando-se em janeiro de 2004, alterando para aceleração de crescimento durante todo o primeiro semestre e voltando a perder força a partir de agosto do mesmo ano até novembro de 2005. Com isso, o crescimento anual médio da ocupação vem caindo desde então, de 4,7%[2] em 2003 para 3,2% em 2004 e 3% no ano seguinte.

Em relação à ocupação por região metropolitana, a maioria não seguiu a mesma tendência de arrefecimento da variação total da ocupação. Rio de Janeiro foi uma que aumentou a velocidade de crescimento anual de 2,9% em 2003 para 3,2% em 2004, perdendo ímpeto em 2005 (2,5%), ficando inclusive abaixo do patamar registrado no primeiro ano. Porto Alegre e Salvador apresentaram o mesmo comportamento ocorrido no Rio de Janeiro: a primeira região, na passagem de 2003 para 2004, aumentou o crescimento da ocupação de 3% para 3,2%, caindo para 2,6% no ano passado, enquanto a segunda registrou crescimento de 2,7% em 2003, 4,6% em 2004 e 2,7% em 2005. Já Belo Horizonte foi a região que registrou o maior crescimento percentual da ocupação em 2005 (4,5%), ficando 2,1 pontos percentuais (p.p.) acima do crescimento total da ocupação.

GRÁFICO 2
PME/IBGE: VARIAÇÃO ANUAL DA OCUPAÇÃO
[em %]

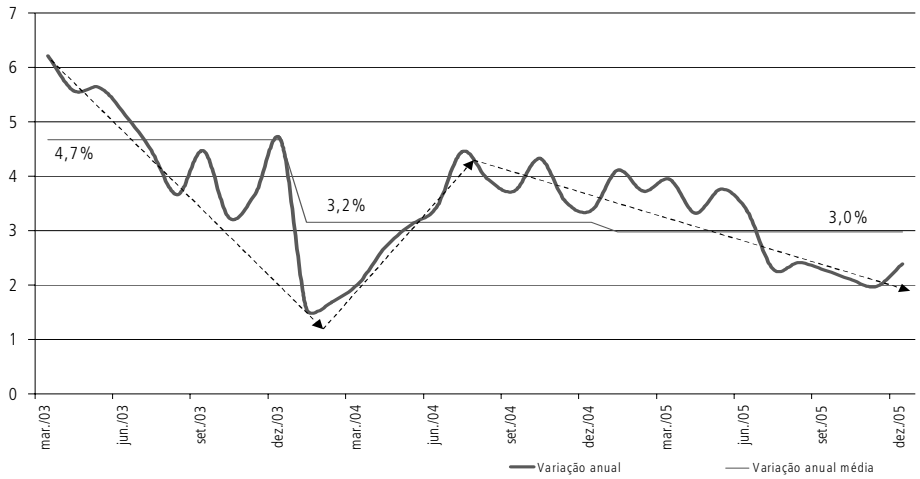


TABELA 1
PME/IBGE: VARIAÇÃO ANUAL DA OCUPAÇÃO POR REGIÃO METROPOLITANA

Ano	Variação	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Belo Horizonte	Recife	Salvador	Total
2003	Absoluta[a]	136	465	49	103	63	35	851
	Percentual	2,9	6,1	3,0	5,5	5,2	2,7	4,7
2004	Absoluta[a]	151	279	53	84	19	61	646
	Percentual	3,2	3,4	3,2	4,3	1,5	4,6	3,4
2005	Absoluta[a]	122	170	45	92	7	38	474
	Percentual	2,5	2,0	2,6	4,5	0,5	2,7	2,4

[a] Em milhares.

2. O cálculo de média anual de 2003 foi feito no período de março a dezembro deste ano, pois não é possível fazer comparações anuais para períodos anteriores, devido ao fato de a série da nova PME ter se iniciado em março de 2002.

São Paulo e Recife foram as únicas que seguiram o mesmo padrão de crescimento anual da ocupação total. Entretanto, enquanto a primeira região foi a que, em números absolutos, mais criou empregos dentre as demais, Recife foi a que sofreu a maior desaceleração no crescimento de novas vagas ao longo dos três anos analisados, quase não empregando no ano passado.

Usando os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para a região metropolitana de São Paulo, produzida pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos (Dieese) e pela Fundação Seade, o crescimento anual da ocupação seguiu a mesma linha da PME. Existe, porém, discrepância na comparação com o surgimento de novas vagas registrado nas duas pesquisas em 2003. A PED apontou um crescimento anual de apenas 1,1% neste ano, bem abaixo dos 6,1% registrados na PME. Todavia, há de se levar em consideração diferenças metodológicas entre as duas pesquisas, como por exemplo: enquanto a PME considera como ocupado um indivíduo que trabalhou pelo menos uma hora na semana de referência — mesmo que tal ocupação seja uma espécie efêmera ou não-habitual — , a PED conta essa mesma pessoa como desempregado oculto por precariedade — esse contingente registrou aumento de 3,6% em 2003 — , e não como ocupado. Como a maioria dos empregos gerados em 2003 foi de má qualidade (sem carteira, sub-remunerados ou não-remunerados), faz sentido haver maior crescimento anual da ocupação medido pela PME do que pela PED. Como nos anos seguintes a qualidade do emprego foi se alterando, pela menor criação de empregos informais *vis-à-vis* a maior expansão de empregos formais, as duas pesquisas passam a mostrar números em maior sintonia.

Voltando aos dados da PME e desagregando a ocupação por setor de atividade, há diversas trajetórias de crescimento. A indústria aumentou a variação da ocupação anual de 2003 para 2004 para 4,7%, conforme indicado na Tabela 2, caindo para 1,8% em 2005. Como esse setor contrata em sua maioria empregados com carteira, a alta de empregos formais no ano deveria ter recebido forte contribuição da indústria. Porém, com a expectativa da continuação do crescimento econômico de 2004 o setor armazenou grande volume de estoques no segundo semestre desse ano e início de 2005. Como em 2005 o PIB não cresceu como esperado, sobretudo com a atividade econômica negativa no terceiro trimestre, o setor industrial preferiu ajustar seu estoque adiando assim a retomada do ritmo de contratação.

Considerando o emprego industrial pela Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES) do IBGE, constata-se o mesmo fenômeno de forte crescimento em 2004 seguido da perda de dinamismo já no quarto trimestre do mesmo ano em diante (Gráfico 3).

TABELA 2
PME/IBGE: VARIAÇÃO ANUAL DA OCUPAÇÃO POR SETOR DE ATIVIDADE

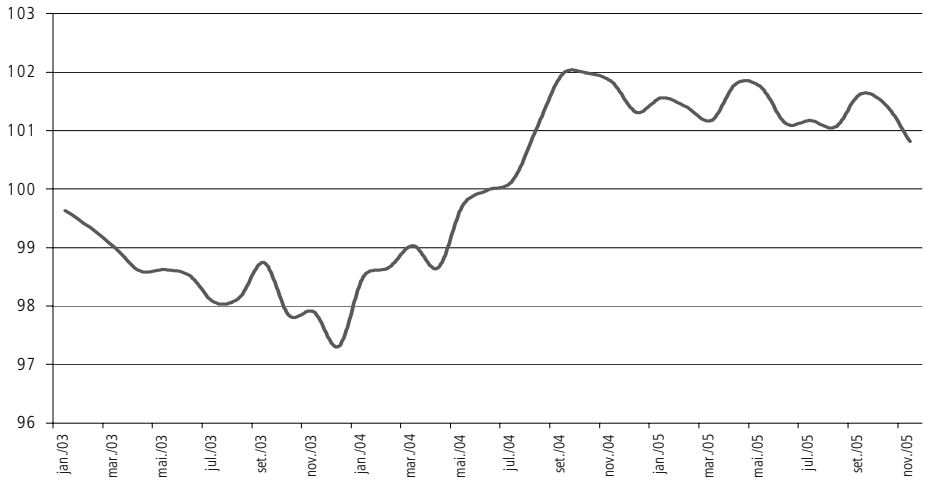
Ano	Variação	Indústria	Construção civil	Comércio	Serviços a empresas	Administração pública	Serviços domésticos
2003	Absoluta[a]	122	2	274	106	113	–6
	Percentual	3,8	0,1	7,4	4,4	4,0	–0,4
2004	Absoluta[a]	157	69	–39	190	–1	164
	Percentual	4,7	4,8	–1,0	7,5	0,0	11,5
2005	Absoluta[a]	64	–14	69	156	129	37
	Percentual	1,8	–0,9	1,8	5,7	4,3	2,3

[a] Em milhares.

GRÁFICO 3

PIMES/IBGE: EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO NA INDÚSTRIA

[número índice de janeiro de 1991 = 100]



Já o setor de construção civil, medido pela PME, também só registrou crescimento significativo em 2004, enquanto em 2003 e 2005 houve, respectivamente, estabilidade e queda da ocupação em 0,9%. O comércio, por outro lado, após registrar, dentre os demais setores, o maior número de criação de vagas em 2003 (274 mil), reduziu em 1% a quantidade de ocupados no ano seguinte, voltando, em termos líquidos, a contratar só em 2005 (1,8%).

Serviços a empresas[3] foi o setor que mais contratou tanto em 2005 (156 mil) quanto no acumulado dos três anos (456 mil pessoas). Apesar de em 2003 ter sido o quarto setor em número de novas vagas, é o único a registrar volume anual acima de 100 mil em todos os três anos analisados. Com o crescente processo de terceirização demandado por outros setores, serviços a empresas acaba abrindo espaço para um número maior de contratações. Administração pública foi o segundo setor que mais gerou empregos em 2005 (129 mil) — um crescimento anual de 4,3%. Serviços a empresas e administração pública foram, portanto, os únicos setores que cresceram a uma taxa percentual acima do total da ocupação. Já serviços domésticos cresceu à taxa de dois dígitos em 2004, resultando na criação de 164 mil empregos no ano — acima inclusive da indústria, com 157 mil novos trabalhadores. Entretanto, apesar de o crescimento de fevereiro a julho de 2005 ter sido nos mesmos moldes de 2004, as fortes quedas mensais em agosto e outubro de 2005 (respectivamente de 2,2% e 3%), ambas na comparação ante o mês imediatamente anterior, influenciaram negativamente o crescimento de novas vagas do setor de serviços domésticos, fazendo com que este terminasse o ano com alta de apenas 2,3% na ocupação.

Analisando a evolução da subocupação por insuficiência de horas[4] ao longo do triênio, houve queda de sua participação perante o total da ocupação na média de cada ano. Em 2003 esse contingente representava na média 5% de todos os ocupados nas seis regiões metropolitanas, caindo para 4,6% em 2004 e 3,6% em 2005. O oposto ocorreu para o conjunto de ocupados sub-remunerados,[5] o qual tinha participação de 11,9% em 2003, elevando-se para 13,8% no ano seguinte e para 14,5% em 2005.

3. Esta classificação também compreende aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira.

4. Pessoas que trabalharam efetivamente menos de 40 horas em todos os trabalhos na semana de referência e estavam disponíveis para trabalhar mais.

5. Pessoas ocupadas na semana de referência com rendimento/hora efetivamente recebido de todos os trabalhos inferior ao salário mínimo/hora.

Em relação à ocupação pelos diferentes vínculos do trabalho, houve uma mudança importante de cunho estrutural no período analisado. Ao longo de 2003, a queda nos rendimentos reais incentivou o membro secundário familiar a entrar no mercado de trabalho em busca de emprego — mesmo que fosse de menor qualidade e com salários muito inferiores — para complementar o rendimento de seus familiares.

Com isso, o ano de 2003 foi marcado pela grande quantidade de criação de empregos informais — do total de vagas criadas, 97,1% foram informais. Em 2004 e, em especial em 2005, se intensificou a geração de empregos de melhor qualidade, de tal forma que no ano passado o número de geração de vagas formais (com carteira e regime jurídico único) foi maior do que o total líquido de novos empregos, uma vez que houve queda de 121 mil ocupações sem carteira e de 12 mil por conta própria; em outras palavras, em termos líquidos só houve criação de empregos formais no ano passado.

Considerando apenas o setor privado, a variação anual do emprego com carteira tem sido superior ao crescimento dos sem carteira desde fevereiro de 2005, movimento nunca detectado pela nova PME, como ilustrado no Gráfico 4.

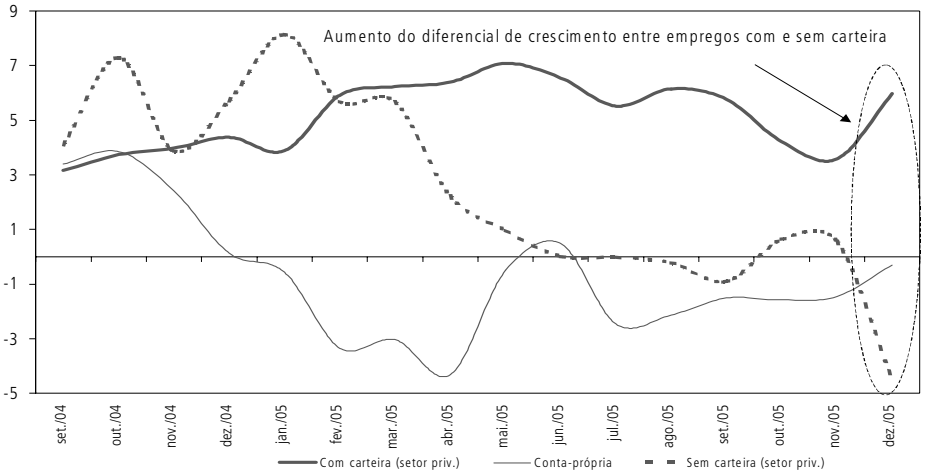
O progresso nos empregos com carteira pode estar amparado no contínuo crescimento das exportações, uma vez que as empresas desse setor tendem a contratar mão-de-obra for-

TABELA 3
PME/IBGE: VARIAÇÃO ANUAL DA OCUPAÇÃO POR VÍNCULOS DO TRABALHO
[variação acumulada em 12 meses]

Ano	Variação	Com carteira	RJU	Sem carteira	Conta-própria	Total[a]
2003	Absoluta[a]	–133	17	483	344	851[b]
	Percentual	–1,6	1,3	12,6	9,6	4,7
2004	Absoluta[a]	348	60	268	5	646[b]
	Percentual	4,2	4,4	6,2	0,1	3,4
2005	Absoluta[a]	561	23	–121	–12	474[b]
	Percentual	6,5	1,6	–2,6	–0,3	2,4

[a] Em milhares.
[b] Nível de ocupação contando com trabalhadores não-remunerados e empregadores.

GRÁFICO 4
PME/IBGE: EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO SEGUNDO VÍNCULOS DO TRABALHO — SETOR PRIVADO E TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA
[variação acumulada em 12 meses (%)]



mal. A maior fiscalização federal sobre as leis trabalhistas também tem se mostrado inibidora no descumprimento das mesmas, ampliando também o crescimento do emprego com carteira.

Analisando os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o ano de 2004 foi o que mais gerou emprego formal em todo o país, desde o início desta série, com criação de 1,52 milhão. Entretanto, como na PME, houve também um arrefecimento na criação de novas ocupações em 2005, quando foram criadas 1,25 milhão, representando uma redução de 17,7% ante o ano anterior (Gráfico 5).

Com a evolução favorável dos empregos protegidos,[6] mesmo quando se incorpora na análise os trabalhadores por conta própria, o grau de formalidade[7] (apresentado no Gráfico 6) ainda se mantém em crescimento. Apesar da queda sofrida de maio a agosto do ano passado,

GRÁFICO 5
CAGED/MTE: VARIAÇÃO DOS EMPREGOS FORMAIS
[Variação % acumulada em 12 meses]

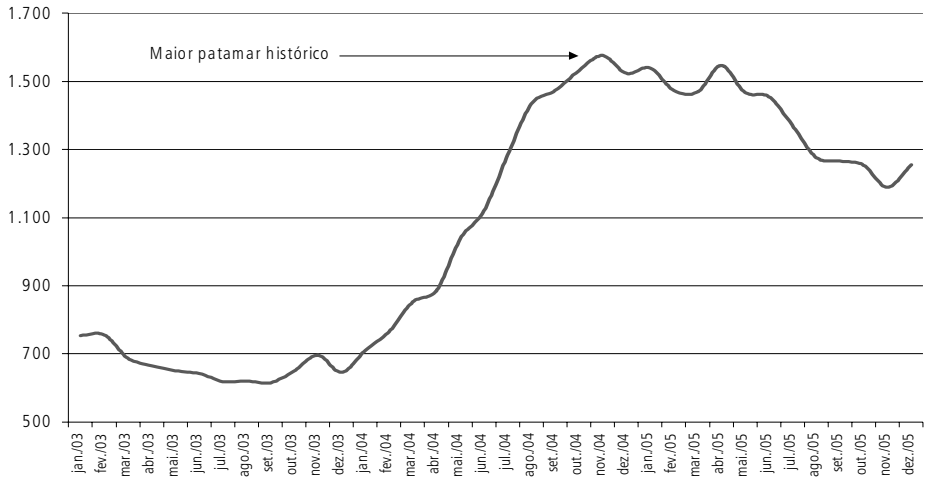
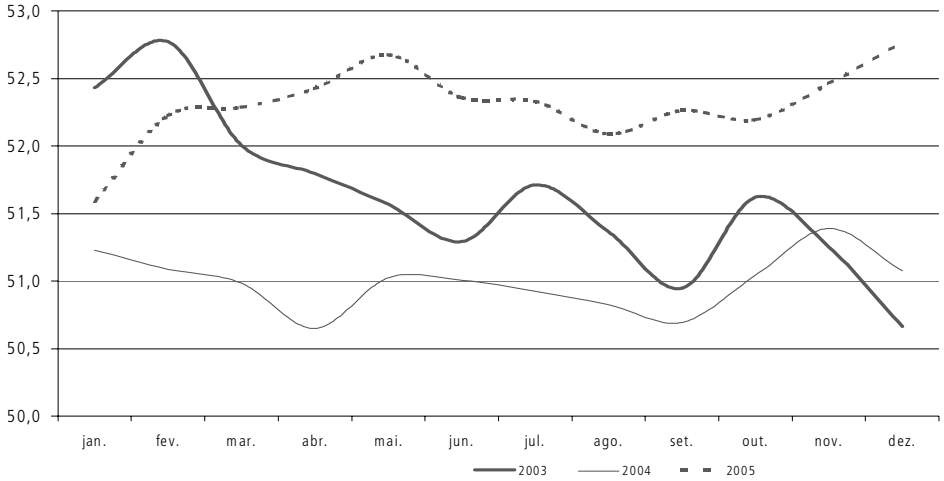


GRÁFICO 6
PME/IBGE: GRAU DE FORMALIDADE
[em %]



6. Os empregos protegidos são os dos trabalhadores com carteira, militares e estatutários.

7. O cálculo para o grau de formalidade usado aqui é a soma dos trabalhadores com carteira e regime jurídico único (ou seja, os trabalhadores formais dos setores público e privado) dividida pelo total da ocupação.

o indicador voltou a se expandir nos meses seguintes até alcançar em dezembro o mesmo patamar de fevereiro de 2003 (52,8%) — o mais alto em três anos. Ou seja, após passar por aumento da informalidade em 2003, o mercado de trabalho voltou a apresentar, no final de 2005, a mesma participação de empregos protegidos no total da ocupação.

Analisando a ocupação por gênero, continua o crescimento da participação anual das mulheres no mercado de trabalho. De 2003 a 2005 esse contingente cresceu em 0,7 p.p., atingindo 43,7% na média anual (44% em dezembro), enquanto os homens vêm, de forma correspondente, perdendo participação no mercado de trabalho.

Em relação à ocupação desagregada por níveis de escolaridade, cresce a participação do contingente com mais anos de estudo no total da ocupação, enquanto os menos escolarizados sentem cada vez mais a seletividade do mercado de trabalho.

Como demonstrado na Tabela 4, desde 2003 as pessoas sem instrução e com até um ano de estudo já se confrontavam com a perda líquida de ocupações, e em 2005 mais vagas foram fechadas para esse contingente. Em números absolutos, essa perda foi maior que a extinção de empregos para essa classe nos dois anos anteriores juntos (26 mil). Para os contingentes de um a três anos e de quatro a sete anos de estudo, ocorreu o mesmo padrão de comportamento. Embora ambos os grupos ainda tenham convivido com crescimento da ocupação em 2003, nos anos seguintes, esses contingentes passaram a perder vagas em termos líquidos. Para as pessoas com oito a dez anos de estudo, depois do maior crescimento da ocupação em 2004 (110 mil, diante dos 95 mil em 2003), a variação positiva perdeu ímpeto em 2005, caindo para apenas 6 mil ocupações. Diante desse quadro, há a possibilidade de não haver criação líquida de vagas em 2006 para esse grupo, se a tendência de arrefecimento de novas contratações prevalecer.

Por outro lado, os empregos para as pessoas com maior grau de escolaridade tiveram uma participação cada vez maior no total da ocupação ao longo dos três anos. Em 2003, as 514 mil novas vagas desse contingente, perante o total de 851 mil, representaram uma participação de 60,2%. Já em 2004 e 2005 tal participação cresceu para 104,9%[8] e 138%, respectivamente. A maior competição por uma vaga no mercado de

TABELA 4
PME/IBGE: VARIAÇÃO ANUAL DA OCUPAÇÃO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Ano	Variação	Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 anos ou mais	Total
2003	Absoluta[a]	–14	74	185	95	514	854
	Participação % no total	–1,6	8,7	21,7	11,1	60,2	100,0
2004	Absoluta[a]	–12	–69	–61	110	685	653
	Participação % no total	–1,8	–10,6	–9,3	16,8	104,9	100,0
2005	Absoluta[a]	–28	–62	–95	6	650	471
	Participação % no total	–5,9	–13,2	–20,2	1,3	138,0	100,0

[a] Em milhares.

8. A participação acima de 100% é possível pelo fato de que os contingentes com menos escolaridade mostram números absolutos negativos de criação de vagas, diminuindo assim o total da ocupação.

trabalho se por um lado aumenta as chances para os mais escolarizados, por outro diminui o poder de barganha do trabalhador, uma vez que ao ser contratato, a chance de negociação salarial é mais restrita, dado que existem muitas pessoas com a mesma escolaridade e que poderão vir a aceitar a mesma contratação com um salário abaixo das expectativas iniciais. Sendo assim, as empresas acabam se beneficiando, contratando pessoas mais qualificadas do que inicialmente demandavam para desenvolver as tarefas previamente estipuladas. Há muitos impactos gerados por esse fenômeno: somado ao possível aumento da rotatividade,[9] a continuação desse movimento pode puxar a média de rendimentos para baixo, influenciando na velocidade de recomposição que esse indicador poderia mostrar.

Em relação à desagregação da ocupação por grupos de idade, os jovens são os que mais têm dificuldades de ingressar no mercado de trabalho. Das novas oportunidades de trabalho em 2003, as pessoas de 10 a 24 anos de idade — representando os três primeiros grupos de idade da Tabela 5 — somavam apenas 15,9% do total. Em 2004 essa participação caiu para 4,2% e em 2005 essas pessoas quase não fizeram parte do quadro de novos empregos líquidos (apenas 0,6% de todas as novas vagas geradas no ano). A suposição do ingresso de um membro secundário familiar em 2003 na tentativa de propiciar algum auxílio na renda da família, pode, em parte, explicar a grande entrada de jovens no mercado de trabalho naquele ano. O oposto ocorre para os que têm maior idade, ou seja de 25 a 49 anos e de 50 ou mais anos de idade. Esses dois grupos apresentam ao longo dos três anos crescimento mais homogêneo na ocupação que os outros três grupos mais jovens.

Apesar de ambos os grupos com idade mais avançada apresentarem desaceleração na criação de vagas nesses três anos, em termos absolutos, há diferença na participação no total das novas ocupações.

Em termos percentuais, a participação se mostrou quase inalterada para o grupo de 25 a 49 anos, mantendo, assim, a mesma velocidade de desaceleração das novas vagas que o total da ocupação. Já para o contingente de pessoas com 50 anos ou mais houve

TABELA 5
PME/IBGE: CRIAÇÃO ANUAL DE VAGAS POR GRUPOS DE IDADE

Ano	Variação	10 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 49 anos	50 anos ou mais	Total
2003	Absoluta[a]	57	–4	82	437	279	851
	Participação % no total	6,7	–0,5	9,6	51,4	32,8	100,0
2004	Absoluta[a]	–70	13	84	346	274	647
	Participação % no total	–10,8	2,0	13,0	53,5	42,3	100,0
2005	Absoluta[a]	4	–23	22	243	227	473
	Participação % no total	0,8	–4,9	4,7	51,4	48,0	100,0

[a] Em milhares.

9. Como muitas vezes a pessoa contratada é mais qualificada do que o exigido pela função, pode haver perda de interesse em relação às tarefas a serem cumpridas, sentindo-se essa pessoa incentivada a procurar uma outra oportunidade que possa satisfazer suas ambições profissionais e/ou pessoais.

crescimento contínuo da participação do total de vagas criadas, chegando em 2005 a quase metade de todos os novos empregos gerados no ano.

DESEMPREGO

Em 2005, a taxa de desemprego demonstrou um comportamento bem diferente do registrado em anos recentes. Apesar de a evolução desse indicador no primeiro semestre, desconsiderando as diferenças de nível, ter sido muito semelhante ao ocorrido no mesmo período de 2004, em junho do ano de 2005 a taxa de desocupação atingiu patamar de um dígito pela primeira vez nesse período na nova PME (Gráfico 7). No entanto, ao longo do segundo semestre desse ano o quadro mudou, demonstrando estagnação da taxa de desemprego até novembro, enquanto em 2004 houve queda no mesmo período.

A razão para tal diferença se deu pela desaceleração no crescimento médio anual da PEA — 2,2% em 2004 para 1,1% em 2005. Essa perda de dinamismo foi a maior influenciadora da queda da taxa de desemprego para um dígito, dado que o mercado de trabalho tem criado um número cada vez menor de vagas no acumulado em 12 meses.

No mês de dezembro houve uma queda na taxa de desemprego de 1,3 p.p., para 8,3%, diminuindo o número de desempregados para 1,84 milhão de pessoas. Esse movimento resultou nos menores índices tanto para a taxa de desemprego quanto para o número de desocupados, que inclusive ficou abaixo de 2 milhões pela primeira vez na nova PME. Dado que o crescimento da PEA nos últimos meses de 2005 tem se arrefecido sensivelmente, é natural que a diminuição de 184 mil pessoas desse contingente seja menor do que o de costume em um mês de dezembro, conforme indicado na Tabela 6.

Além da saída de pessoas da PEA, o fato de a criação de 107 mil novas ocupações no mês ter superado bastante a média dos últimos três anos foi decisiva para a forte redução da taxa de desemprego, caracterizando o último mês de 2005 como o melhor dezembro da nova série da PME em termos de progresso no mercado de trabalho.

Comparando com períodos anteriores, a taxa média de desemprego caiu em todos os anos: de 12,3% em 2003 para 11,5% em 2004 e 9,8% em 2005. A queda nesse indicador ao passar dos anos novamente deve ser atribuída não só aos movimentos da ocupação mas

GRÁFICO 7
PME/IBGE: TAXA DE DESEMPREGO
[em %]

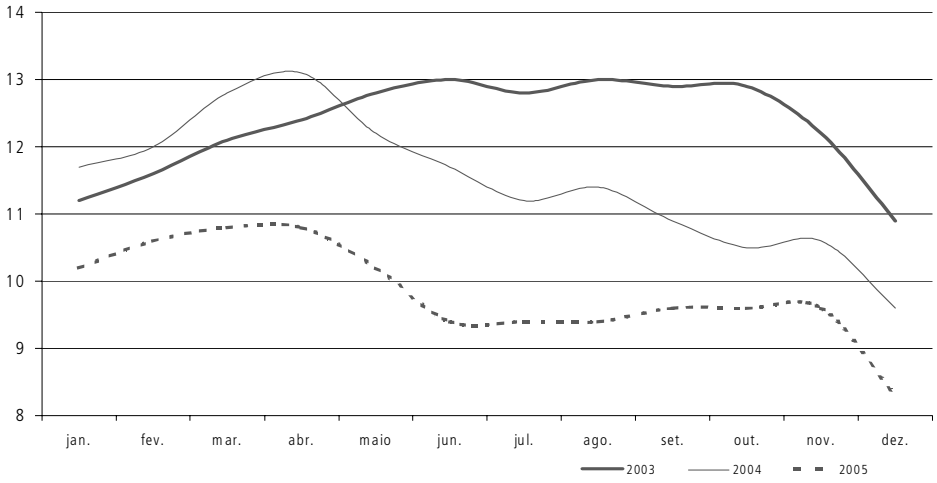
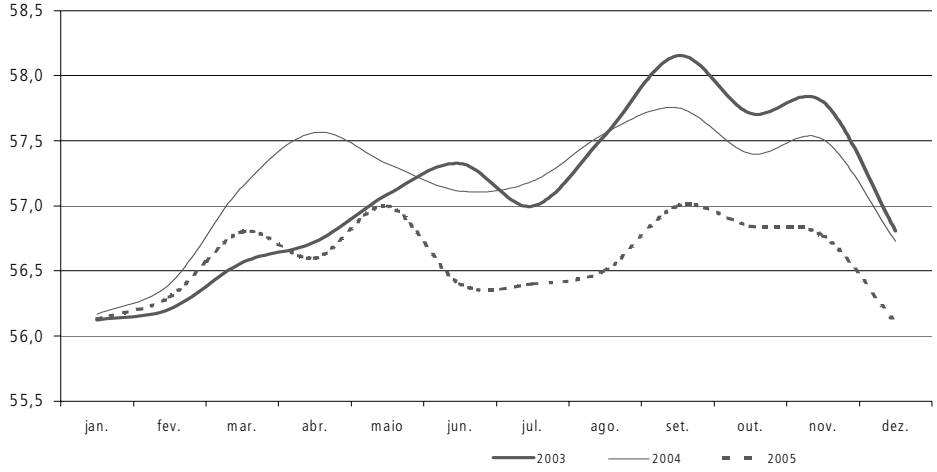


TABELA 6
PME/IBGE: PEA, OCUPAÇÃO E DESOCUPAÇÃO PARA MESES DE DEZEMBRO

PEA			
Anos	Nível	Variação mensal absoluta[a]	Variação mensal percentual[a]
2002	20.407.838	–234.817	–1,1
2003	21.448.529	–260.168	–1,2
2004	21.862.812	–229.719	–1,0
2005	22.079.000	–183.914	–0,8
Ocupação			
Anos	Nível	Variação mensal absoluta[a]	Variação mensal percentual[a]
2002	18.267.254	–125.788	–0,7
2003	19.118.578	50.386	0,3
2004	19.764.592	23.478	0,1
2005	20.238.000	106.782	0,5
Desocupação			
Anos	Nível	Variação mensal absoluta[a]	Variação mensal percentual[a]
2002	2.140.583	–109.029	–4,8
2003	2.329.951	–310.554	–11,8
2004	2.098.220	–253.197	–10,8
2005	1.840.427	–290.854	–13,7

[a] Na comparação de dezembro ante o mês anterior.

GRÁFICO 8
PME/IBGE: TAXA DE PARTICIPAÇÃO
[em %]



também pela menor pressão exercida na taxa de participação[10] que sofreu queda na média anual de 2003 a 2005, conforme evidenciado no Gráfico 8.

Em 2003 a deterioração dos rendimentos reais fez com que mais pessoas se aventurassem a entrar no mercado de trabalho para auxiliar na renda dos pais ou de seus cônjuges.

10. A taxa de participação é a divisão da PEA pela PIA.

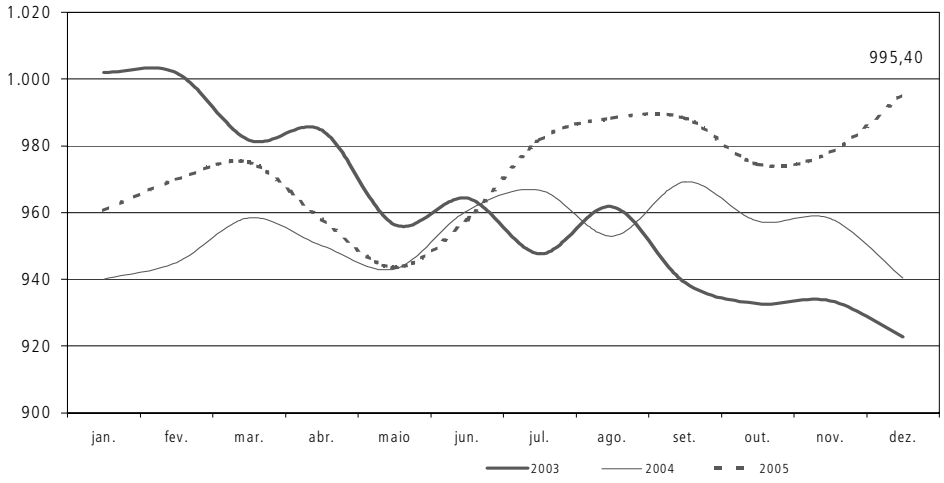
TABELA 7
PME/IBGE: PIA, PEA E OCUPADOS — TAXA DE VARIAÇÃO ANTE MESMO MÊS DO ANO ANTERIOR
[variação % acumulada em 12 mesesem]

Período	PIA	PEA	Ocupados				
			Total	Empregados do setor público	Empregados do setor privado		Conta-própria
					Com carteira	Sem carteira	
Média 2003[a]	2,1	5,7	4,7	–0,1	1,9	10,8	8,4
Média 2004	2,0	2,2	3,2	1,6	2,0	5,4	5,0
jan./05	2,4	2,4	4,1	3,7	3,9	8,1	–0,6
fev/.05	2,3	2,1	3,7	3,2	5,9	5,7	–3,3
mar./05	2,3	1,7	3,9	5,1	6,2	5,7	–3,0
abr./05	2,4	0,7	3,3	5,0	6,4	2,2	–4,3
maio/05	2,0	1,4	3,8	2,7	7,1	1,0	–0,5
jun./05	1,9	0,7	3,4	1,4	6,6	0,0	0,5
jul./05	1,8	0,3	2,3	–0,8	5,5	0,0	–2,5
ago./05	2,1	0,2	2,4	–0,5	6,2	–0,2	–2,1
set./05	2,2	0,8	2,3	2,1	5,8	–0,9	–1,5
out./05	2,1	1,1	2,1	4,4	4,2	0,6	–1,6
nov./05	2,1	0,8	2,0	3,4	3,6	0,6	–1,4
dez./05	2,0	1,0	2,4	5,3	6,0	–4,5	–0,3
Média 2005	2,1	1,1	3,0	2,9	5,6	1,5	–1,7

[a] Média anual de março a dezembro.

Esse fato aumentou a taxa de participação para os maiores níveis já registrados (58,2%) da nova série da PME. Tal pressão ainda se manteve presente ao longo de 2004 fazendo com que a taxa de participação média anual ficasse praticamente estável de 2003 para 2004 (57,1% para 57,2%), caindo somente em 2005 para 56,6%.

GRÁFICO 9
PME/IBGE: EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS REAIS HABITUALMENTE RECEBIDOS
[em R$]



RENDIMENTOS

O ano de 2003 ficou marcado como o período de maior corrosão dos rendimentos reais habitualmente recebidos dos últimos anos (Gráfico 9). A queda desse indicador, na comparação ante o mesmo mês do ano anterior, que chegou a 16,4% em julho de 2003, foi perdendo força nos meses seguintes, porém não o suficiente para atingir patamares positivos no final do ano (–12,6% em dezembro), mantendo a queda anual média ainda em dois dígitos (–12,9%). Ao longo de 2004 a recomposição gradual desse indicador foi se cristalizando até alterar a variação anual para positiva pela primeira vez em maio, registrando em dezembro desse ano um crescimento de 1,9%. No entanto, a reversão da tendência de queda não foi suficiente para deixar a média anual desse indicador em patamares positivos em 2004 (–0,7%). Em 2005 não só continuou o processo de melhoria dos rendimentos reais habituais, como também houve menos interrupções em sua trajetória de alta, dado que na variação ante o mês imediatamente anterior, apenas três meses de 2005 apontaram queda nesse indicador. Desse modo, os rendimentos reais finalizaram o ano de 2005 em R$ 995,40, com uma variação anual de 5,8% — a maior da nova série da PME, pouco faltando para os rendimentos voltarem ao mesmo valor de fevereiro de 2003 — R$ 1.001,83.

A inflação sob controle aliada aos reajustes médios dos salários nominais foram os maiores responsáveis pela melhor evolução dos rendimentos reais em 2005. Somado a isso, dos empregos criados neste ano, 60,1% vieram da administração pública e serviços a empresas, os quais oferecem rendimentos acima da média dos setores, elevando assim a média geral.

TABELA 8
PME/IBGE: RENDIMENTOS MÉDIOS HABITUALMENTE RECEBIDOS SEGUNDO SETOR E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO — VARIAÇÃO ANTE MÊS DO ANO ANTERIOR
[em %]

Meses	Ocupados				
	Total	Setor público	Setor privado		Conta-própria
			Com carteira	Sem carteira	
Média 2003[a]	–12,9	–7,2	–7,9	–7,5	–20,4
Média 2004	–0,7	–1,9	0,3	–0,2	–0,1
Jan./05	2,2	4,1	–1,3	9,6	–1,1
Fev./05	2,6	7,1	–1,4	8,0	1,6
Mar./05	1,7	3,7	–1,2	5,8	–2,6
Abr./05	0,8	4,5	–2,6	4,0	–2,9
Maio/05	0,0	2,6	–1,7	–2,6	–4,2
Jun./05	–0,3	3,3	–2,0	0,0	–0,9
Jul./05	1,6	4,3	–1,0	3,8	0,7
Ago./05	3,7	5,6	1,9	5,4	4,2
Set./05	2,0	2,3	0,3	1,3	6,7
Out./05	1,8	1,3	–1,0	7,3	3,8
Nov./05	2,1	5,5	–0,4	4,1	5,2
Dez./05	5,8	3,9	0,7	13,5	11,5
Média 2005	2,0	4,0	–0,8	5,0	1,8

[a] Média anual de março a dezembro.

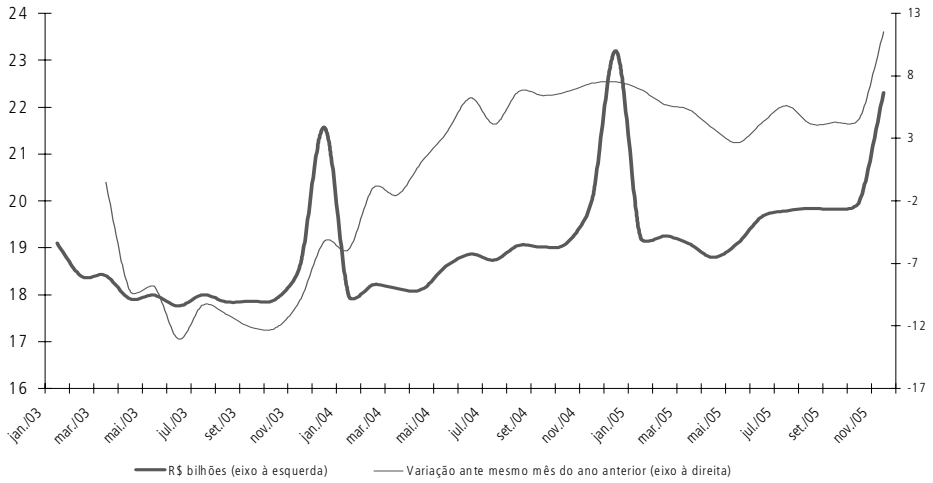
Em relação aos rendimentos desagregados por posição na ocupação (Tabela 8), os trabalhadores com carteira assinada do setor privado não viram o mesmo padrão de crescimento registrado na média dos rendimentos reais habituais. Após passar por uma queda anual média de 7,6% em 2003, houve uma recuperação mais veloz em 2004 finalizando o ano em alta de 0,3%. Entretanto, em 2005 esse contingente voltou a ter queda anual média nos rendimentos para –0,8%, devido às fortes quedas mensais, ante o mês anterior, de 2,6% em abril e de 2,9% em outubro. Já o pessoal ocupado sem carteira assinada, possuidor de maior volatilidade na trajetória dos rendimentos reais, obteve aumento médio anual dos rendimentos em 2005 de 5%, após as quedas de 7,4% e 0,2% em 2003 e 2004, respectivamente.

O setor público teve trajetória semelhante, em seus rendimentos reais, à do contingente de trabalhadores sem carteira do setor privado, com arrefecimento da queda de 2003 para 2004 na média anual de –6,6% para –1,9%, até registrar crescimento em 2005 (4%).

Os trabalhadores por conta própria foram os que mais sentiram a perda dos rendimentos em 2003, chegando a uma variação média anual de –20,1%. Em 2004, esse indicador ficou praticamente estável, registrando pequena queda anual média de 0,1% e crescimento de 1,8% em 2005.

Apesar de algumas diferenças na velocidade da trajetória dos rendimentos reais em cada um dos contingentes analisados, há quase que um padrão comum de forte perda de renda real em 2003, passando por uma recomposição gradual por 2004 e apresentando algum crescimento em 2005.

GRÁFICO 10
PME/IBGE: MASSA SALARIAL EFETIVA
[em R$]



Em relação à massa salarial real efetiva,[11] delineada no Gráfico 10, houve também um padrão semelhante da variação dos rendimentos reais habitualmente recebidos: queda anual média de 9,2% em 2003, passando para um crescimento de 3,4% na média de 2004 e de 5,3% em 2005. Vale apontar, o registro da média de 2005 ultrapassou 5% porque em novembro[12] a massa salarial cresceu 11,5% ante mesmo mês do ano anterior.

11. Multiplicação do número total de ocupados pelos rendimentos efetivamente recebidos.

12. Última publicação disponível, dado que esse indicador é defasado em um mês.

PERSPECTIVAS

O ano de 2006 inicia-se com um cenário macroeconômico aparentemente mais favorável que o de 2005: os juros básicos da economia em trajetória cadente, a expansão dos gastos do governo e o aumento do salário mínimo — o qual trará maior impacto aos aposentados — poderão trazer maiores incentivos ao consumo das famílias. A maior demanda interna e o provável fim do período de ajuste de estoques no setor industrial poderão incentivar um maior aquecimento no mercado de trabalho neste ano, com a continuação da expansão da ocupação e do progresso dos empregos formais.

Em relação à taxa de desemprego, há grande possibilidade de esse indicador iniciar o ano em um dígito, elevando ainda mais a possibilidade de haver uma taxa média anual abaixo da registrada em 2005. Os rendimentos reais deverão permanecer em trajetória de crescimento com algumas interrupções ao longo do ano, continuando com a tendência de descolamento da curva iniciada em julho de 2005.

FLUXOGRAMA
Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE)
Estimativas para os meses de dezembro de 2003, 2004 e 2005 (em mil pessoas)
Total região metropolitana

Pessoas em idade ativa — 10 anos ou mais

Especificação	dez/03	dez/04	dez/05
Total	37.309	38.540	39.321
Homens	17.624	18.016	18.387
Mulheres	19.686	20.524	20.935

Pessoas economicamente ativas

Especificação	dez/03	dez/04	dez/05
Total	21.194	21.863	22.079
Homens	11.819	12.025	12.172
Mulheres	9.375	9.838	9.906
Taxa de atividade	56,8%	56,7%	56,1%

Pessoas ocupadas

Especificação	dez/03	dez/04	dez/05
Total	18.892	19.765	20.238
Homens	10.769	11.121	11.338
Mulheres	8.123	8.643	8.901
Taxa de ocupação	89,1%	90,4%	91,7%

Trab. principal

Especificação	dez/03	dez/04	dez/05
Empregado	13.839	14.683	15.145
Empregado com carteira	8.215	8.662	9.223
Empregado sem carteira	4.260	4.579	4.458
Militar/RJU	1.357	1.433	1.456
Não-remunerado	7	9	7
Conta-própria	3.867	3.918	3.906
Empregadores	1.014	1.005	1.039
Trab. não-remunerado	172	158	148

Empregados no setor privado[a]

Especificação	dez/03	dez/04	dez/05
10 a 14 anos	20	12	11
15 a 17 anos	230	178	133
18 a 24 anos	833	803	716
25 a 49 anos	1071	983	871
50 anos ou mais	148	123	109

Empregados no setor público

Especificação	dez/03	dez/04	dez/05
S/inst. e menos de 8 anos	739	620	513
de 8 a 10 anos	626	558	444
11 anos ou mais	937	920	883

Grupamento de atividade — trab. principal

Especificação	dez/03	dez/04	dez/05
1	3.302	3.499	3.563
2	1.413	1.499	1.485
3	3.919	3.927	3.996
4	2.501	2.721	2.877
5	2.940	2.974	3.103
6	1.416	1.597	1.634
7	3.244	3.413	3.458
8	156	134	123

Subocupadas por insuf. horas trab.

dez/03	dez/04	dez/05
866	760	683

Rend./hora<sal. min./hora

dez/03	dez/04	dez/05
2.281	2.759	2.869

Pessoas desocupadas

Especificação	dez/03	dez/04	dez/05
Total	10.437	11.066	11.386
Empregado com carteira	7.386	7.802	8.268
Empregado sem carteira	3.051	3.264	3.118

Faixa etária

Especificação	dez/03	dez/04	dez/05
Total	2.302	2.098	1.840
Homens	1.050	904	835
Mulheres	1.252	1.194	1.006
Taxa de desocupação	10,9%	9,6%	8,3%

Anos de estudo

Especificação	dez/03	dez/04	dez/05
Total	1.980	2.011	2.118
Empregado com carteira	348	329	366
Empregado sem carteira	275	250	296
Militar/RJU	1.357	1.433	1.456

Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE).

GRUPAMENTOS DE ATIVIDADE:

1 - Indústria extrativa e de transformação e produção e distribuição de eletricidade, gás e água; 2 - Construção; 3 - Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e comércio a varejo de combustíveis; 4 - Serviços prestados à empresa, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira; 5 - Educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social; 6 - Serviços domésticos; 7 - Outros serviços; 8 - Outras atividades.

IDENTIFICAÇÃO:

[a]Exclusive trabalhadores domésticos, militares, funcionários públicos ou estatutários e outros empregados do setor público.

Trab. não-remun. = trabalhador não-remunerado de membro da unidade domiciliar que era conta-própria ou empregador.

NOTAS TÉCNICAS

AVALIAÇÃO GERAL DOS RESULTADOS DA PNAD DE 2004
Lauro Ramos
Sergei Soares
Marcelo de Ávila

A TAXA DE PARTICIPAÇÃO E OS EFEITOS TRABALHADOR ADICONAL E DESALENTO
Gustavo Gonzaga
Maurício Cortez Reis

AVALIAÇÃO GERAL DOS RESULTADOS DA PNAD DE 2004*

Lauro Ramos
Da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Ipea
Sergei Soares
Da Diretoria de Estudos Sociais do Ipea
Marcelo de Ávila
Da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Ipea

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) é a mais importante fonte anual de informações sobre a realidade social brasileira. Trata-se da única pesquisa com abrangência nacional e periodicidade anual contendo informações sobre o bem-estar da população brasileira. A pesquisa coleta informações de cerca de 400 mil indivíduos em 100 mil domicílios sobre as áreas de população, fecundidade, migração, educação, trabalho e rendimento. Dado o porte da pesquisa e o esmero do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em fornecer dados acurados, estes tornam-se disponíveis apenas um ano após sua coleta.

Os resultados da PNAD de 2004 trouxeram revelações bastante alvissareiras, na medida em que indicam duas tendências importantes que alteram a natureza da evolução verificada nos últimos anos: *a*) tendência do crescimento do emprego, principalmente do emprego formal, o que rompe com a peculiaridade do crescimento da economia sem geração de emprego, como se observou durante a década passada; e *b*) tendência a uma redução sustentada da desigualdade de renda no Brasil, o que interrompe a impressionante estabilidade dos índices de desigualdade observados desde, pelo menos, os anos 1970. Adicionalmente, a PNAD apresenta a consolidação da tendência já observada de queda da fecundidade, agora a níveis abaixo do nível de reposição, o que mostra que a população brasileira deverá cair em algum momento no futuro — e, em termos de mercado de trabalho, que a pressão da oferta sobre a necessidade de geração de empregos deverá diminuir progressiva e expressivamente já nos próximos anos.

Há duas décadas o comportamento do emprego, especialmente o formal, em relação ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), é decepcionante. Durante os anos 1980, o emprego aumentava *pari passu* com a População Economicamente Ativa (PEA) — e o emprego formal a uma taxa semelhante à do PIB, o que indica a inexistência de um mercado de trabalho inclusivo. A partir da abertura comercial do início dos anos 1990, o cenário piorou e o emprego formal esteve essencialmente estagnado, enquanto tanto o PIB como a PEA cresciam, indicando um comportamento excludente do mercado de trabalho, com reflexos negativos sobre a taxa de desemprego, que aumentou sobremaneira.

Os dados dos últimos anos, principalmente o ano de 2004, parecem indicar uma mudança nessa tendência. Conforme mostra a Tabela 1, de 1992 a 2004[1] houve um crescimento de 2,2% tanto da População em Idade Ativa (PIA) como da PEA. No período, o

* Esta nota é baseada em um seminário interno do Ipea realizado em dezembro de 2005 para debater os resultados da PNAD de 2004.

1. A PNAD de 1992 foi a primeira a ir a campo depois das profundas alterações metodológicas introduzidas na pesquisa, que dificultam, e em alguns casos até invalidam, as comparações com a versão anterior.

TABELA 1
PNAD/IBGE: PRINCIPAIS INDICADORES SOBRE O MERCADO DE TRABALHO
[em milhões]

Indicador	1992	2003	2004	Cresc. (% a.a.) 1992-2003	Cresc. (%) 2003-2004
PIA	113,30	144,64	147,20	2,2	1,8
PEA	69,71	88,80	91,04	2,2	2,5
Taxa de participação	61,5	61,4	61,8	-	-
Taxa de desemprego	6,5	9,7	9,0	-	-
Ocupação total	65,40	80,16	82,82	1,9	3,3
Empregado	34,22	43,60	46,27	2,2	6,1
Com carteira de trabalho assinada	19,36	23,99	25,56	2,0	6,6
Militares e estatutários	3,97	5,29	5,53	2,6	4,4
Outros sem carteira de trabalho assinada	10,87	14,31	15,18	2,5	6,0
Trabalhador doméstico	4,36	6,15	6,42	3,2	4,2
Com carteira de trabalho assinada	0,76	1,67	1,66	7,4	–0,2
Sem carteira de trabalho assinada	3,59	4,49	4,75	2,1	5,9
Conta-própria	14,20	17,91	18,02	2,1	0,6
Empregador	2,41	3,36	3,43	3,1	2,0
Não-remunerado	6,85	5,66	5,41	–1,7	–4,5
Trabalhador na produção para o próprio consumo	3,21	3,35	3,18	0,4	–5,2
Trabalhador na construção para o próprio uso	0,16	0,12	0,10	–2,5	–15,6

Fonte: PNAD/IBGE dos anos 1992, 2003 e 2004.

crescimento de todas as categorias de ocupação, salvo a de trabalhador doméstico, tem sido decepcionante e o mercado de trabalho chegou a 2003 com taxas de desemprego e informalidade acima das de 1992.

A evolução de 2003 para 2004, no entanto, revela um desempenho bastante distinto, com um crescimento da ocupação de 3,3%, muito superior à taxa de crescimento da PIA de 1,8%. São especialmente notáveis os 1,6 milhão de postos de trabalho com carteira que configuram um crescimento de 6,6% desse tipo de emprego. Evidentemente, apenas o tempo dirá se essa inversão de tendência constitui uma mudança estrutural no comportamento do mercado de trabalho. De qualquer modo, o fato de o crescimento do emprego ter sido da ordem do crescimento do PIB por dois anos consecutivos pode ser a sinalização de que o país esteja entrando em uma fase de crescimento econômico mais inclusivo.

No restante desta seção alguns indicadores do mercado de trabalho serão examinados em mais detalhes. Para tanto será utilizada, de acordo com a linha adotada em trabalhos recentes do Ipea, uma definição ligeiramente diferente para ocupação (e, portanto, para PEA, desocupados e taxa de desemprego): são classificadas como ocupadas as pessoas que exerceram trabalho remunerado na semana de referência, bem como aquelas com pelo menos 15 horas de trabalho não-remunerado nessa semana, além das que tinham atividade remunerada da qual se encontravam temporariamente afastadas. Assim, não foram considerados ocupados os indivíduos envolvidos com atividades para o consumo próprio ou construção

para uso próprio, e os que exerceram atividade não-remunerada com jornada inferior a 15 horas na semana de referência.[2]

Após crescer no período de 1992 a 2003 à média de 2% a.a., de acordo com a definição que acabamos de dar, o nível de ocupação em 2004 experimentou uma expansão de 3,7%, o que corresponde à criação líquida de 2,8 milhões de novos empregos em todo o país, conforme mostrado na Tabela 2. Desse total, 31,6% foram criados nas regiões metropolitanas (RMs), onde a ocupação cresceu 4,4%, e 68,4% em áreas não-metropolitanas, dado o crescimento de 3,5%. O ritmo de expansão da ocupação nas RMs não só foi superior ao registrado nas áreas não-metropolitanas, como também ficou acima da variação observada nas RMs cobertas pela PME[3] (4,0%). Em boa medida esse descompasso pode ser explicado pelo excelente desempenho da RM de Curitiba, onde o emprego cresceu 10,2%.

Em termos de grandes regiões geográficas, a região Norte, que tem a menor participação no total de ocupados (5,7%), registrou o maior crescimento da ocupação em termos percentuais. Na outra ponta, a região Nordeste (segunda maior participação), apresentou a menor variação (2,6%), traço que já vem sendo observado há algum tempo (sua fatia no total caiu de 27,8% em 1992 para 26,1% em 2004). O Centro-Oeste, por sua vez, deu continuidade ao desempenho acima da média nacional, crescendo 4,6%. O Sudeste, que responde por quase metade dos postos de trabalho, também manteve o padrão, e cresceu junto à média com 3,5% de expansão. A mudança ficou por conta da região Sul, que teve um bom desempenho, crescendo 4,6%, razoavelmente acima da média para o país como um todo.

TABELA 2
PESSOAS OCUPADAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE
[em milhões]

Ocupados	1992	2003	2004	Cresc. (% a.a.) 1992-2003	Cresc. (%) 2003-2004
Brasil	61,23	75,85	78,69	2,0	3,7
Metropolitano	18,33	23,80	24,84	2,4	4,4
Metropolitano "PME"[a]	15,41	19,42	20,20	2,1	4,0
Não-metropolitano	42,90	52,05	53,85	1,8	3,5
Grandes regiões					
Norte	2,48	4,19	4,46	4,9	6,4
Nordeste	17,05	19,99	20,51	1,5	2,6
Sudeste	26,80	33,39	34,56	2,0	3,5
Sul	10,63	12,68	13,27	1,6	4,6
Centro-Oeste	4,26	5,59	5,89	2,5	5,4

Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs de 1992, 2003 e 2004.

[a] As seis RMs pesquisadas pela PME são: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador. As demais que constam da PNAD são Curitiba, Fortaleza, Belém e Distrito Federal.

2. A justificativa é que a natureza desses "vínculos" não caracteriza uma inserção de fato no mercado de trabalho. Vale destacar, a Tabela 1 revela que essas atividades vêm perdendo importância relativa ao longo do tempo. Para uma análise mais detalhada a respeito, ver Ramos, L. e Ferreira, V. Geração de empregos e realocação espacial no mercado de trabalho brasileiro — 1992-2002. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, 2005.

3. A PME monitora seis das dez RMs da PNAD, não cobrindo as RMs do Distrito Federal, Belém, Curitiba e Fortaleza.

Os dados da ocupação por grau de escolaridade indicam um maior grau de exigência e seletividade no mercado de trabalho. A parcela da população ocupada com pelo menos 11 anos completos de estudo foi a que mais cresceu de 1992 a 2004 (137,3%), atingindo o nível de 28,2 milhões de pessoas (Tabela 3). Em especial, o ano de 2004 foi o de maior crescimento absoluto desse contingente, na comparação com anos anteriores, com a criação de 2,3 milhões de ocupações. Em contrapartida, os menos escolarizados vêm perdendo espaço na ocupação ano após ano: em 1992 a participação desse grupo de pessoas era de 35,6%, reduzindo-se para 19,9% em 2004 (Gráfico 1). Apenas no ano de 2004, esse grupo perdeu 399 mil vagas de trabalho, tendo sido o único a experimentar uma redução em termos absolutos.

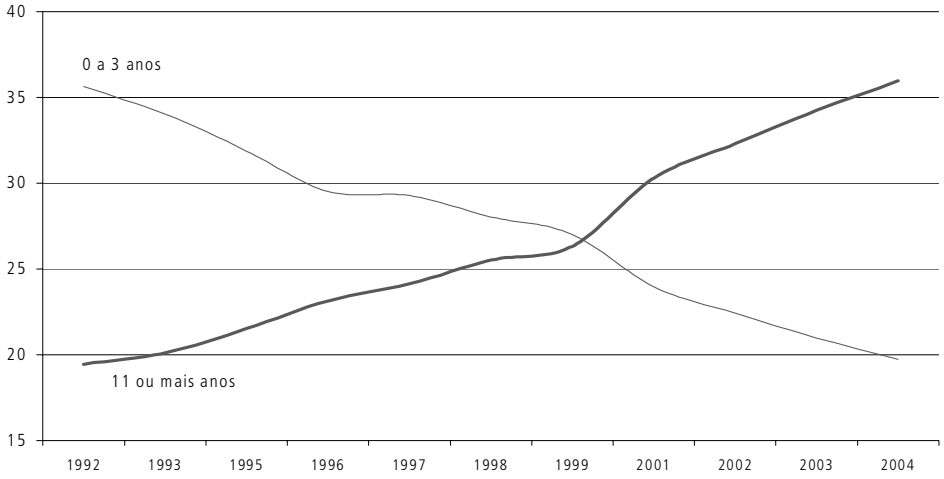
Em relação à evolução da ocupação por grupos de idade, a Tabela 4 mostra que as faixas mais novas confirmaram a tendência de perda de participação no total. O grande destaque fica por conta do encolhimento absoluto do grupo de 10 a 14 anos de idade, que representa boa

TABELA 3
NÍVEL DE OCUPAÇÃO POR GRAU DE ESCOLARIDADE

Ano	Nível e participação	De 0 a 3 anos	De 4 a 7 anos	De 8 a 10 anos	11 anos ou mais
1992	Número de ocupados (milhões)	21,8	19,8	7,7	11,9
	Participação no total (%)	35,6	32,4	12,6	19,5
1996	Número de ocupados (milhões)	18,9	20,5	9,7	14,8
	Participação no total (%)	29,6	32,1	15,1	23,2
1999	Número de ocupados (milhões)	18,6	21,3	10,9	18,1
	Participação no total (%)	27,0	30,9	15,8	26,3
2003	Número de ocupados (milhões)	15,9	21,0	12,3	25,9
	Participação no total (%)	21,1	28,0	16,4	34,5
2004	Número de ocupados (milhões)	15,5	21,1	12,8	28,2
	Participação no total (%)	19,9	27,2	16,5	36,3

Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs de 1992, 1996, 1999, 2003 e 2004.

GRÁFICO 1
PARTICIPAÇÃO DE OCUPADOS POR ANOS DE ESTUDO NO TOTAL DA OCUPAÇÃO
[em %]



Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD de 1992 a 2004. Em 1994 e 2000 a PNAD não foi a campo.

TABELA 4
NÍVEL DE OCUPAÇÃO POR GRUPOS DE IDADE

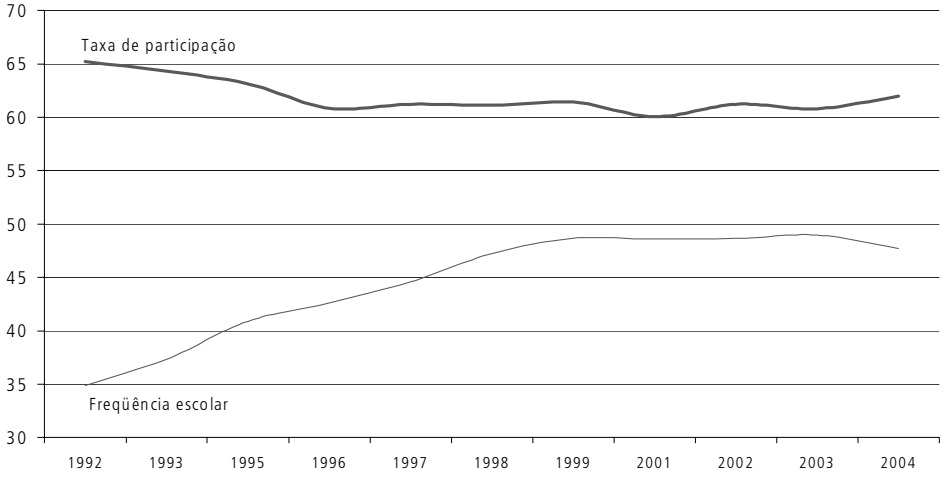
Ano	Nível e participação	10 a 14 anos	15 a 24 anos	25 a 49 anos	50 anos e mais	Total
1992	Número de ocupados (milhões)	2,9	15,7	33,8	8,8	61,2
	Participação no total (%)	4,8	25,7	55,2	14,3	100,0
1996	Número de ocupados (milhões)	2,1	15,7	37,0	9,5	64,3
	Participação no total (%)	3,3	24,5	57,5	14,7	100,0
1999	Número de ocupados (milhões)	2,0	15,9	40,3	11,0	69,2
	Participação no total (%)	2,9	23,0	58,2	15,8	100,0
2003	Número de ocupados (milhões)	1,2	16,6	45,3	12,7	75,8
	Participação no total (%)	1,6	21,9	59,7	16,8	100,0
2004	Número de ocupados (milhões)	1,1	17,1	47,3	13,2	78,7
	Participação no total (%)	1,4	21,7	60,1	16,8	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs de 1992, 1996, 2003 e 2004.

parte do trabalho infantil. O contingente de crianças nessa faixa, que chegava a 2,9 milhões em 1992, diminuiu bastante no período, atingindo 1,1 milhão em 2004. De qualquer modo, ainda se trata de um número expressivo e indicativo de que as políticas de erradicação do trabalho infantil encontram alguma dificuldade na sua implementação e alcance.

As pessoas de 15 a 24 anos de idade, que representavam 25,7% da ocupação brasileira em 1992, também vêm perdendo participação na ocupação com o passar dos anos, atingindo 21,7% em 2004; uma queda de 4 pontos percentuais (p.p.). Esse fato, já presente nos anos anteriores, desperta preocupações sobre a questão da inserção da população jovem no mercado de trabalho. Não obstante, a queda na taxa de participação dessa faixa, apresentada no Gráfico 2, mostra que, em certa medida, os jovens podem estar optando por adiar seu ingresso no mercado de trabalho, de forma a permanecer na escola por mais tempo, com o objetivo de acumularem mais anos de estudo dada a exigência de mais qualificação pelos

GRÁFICO 2
TAXA DE PARTICIPAÇÃO E FREQÜÊNCIA ESCOLAR DAS PESSOAS DE 15 A 24 ANOS
[em %]



Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD de 1992 a 2004. Em 1994 e 2000 a PNAD não foi a campo.

empregadores. Naturalmente, esse é um ponto que requer investigações mais aprofundadas para que se obtenha um diagnóstico mais apurado.

Voltando a atenção para a natureza da forma de inserção no mercado subjacente aos postos de trabalho criados, a expansão do emprego formal (vínculos assalariados com carteira, estatutários e militares) tem se portado de forma claudicante. O crescimento desses empregos protegidos de 1992 a 2003 foi, na média, de apenas 2,3% a.a. Em 2004, todavia, houve uma evolução nunca assistida em anos anteriores, com uma expansão de 5,8% de empregos formais.

A região Norte foi a que apresentou a maior variação nessa categoria, com alta de 10,2% no ano, ficando muito acima de seu crescimento médio anual de 4,9% de 1992 a 2003. A região Sul foi a que registrou a segunda maior alta percentual do emprego protegido —7,1% em 2004 ante a média anual de 2,5% de 1992 a 2003. O Sudeste, que agrupa mais da metade dos empregos protegidos (52,9%), registrou incremento nessa forma de ocupação de 5,7% em 2004, ante a média anual de 1,8% de 1992 a 2003.

A discrepância no crescimento do emprego protegido não ocorre só entre as grandes regiões. A percepção bastante disseminada de que houve um aumento substantivo do grau de informalidade[4] ao longo dos anos 1990 se deve basicamente ao seu comportamento no âmbito metropolitano, de maior conhecimento e repercussão, dada a contemporaneidade e periodicidade da Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Na verdade, nas áreas não-metropolitanas há redução desse indicador entre 1992 e 2004, de modo até marcante nos últimos dois anos

TABELA 5
TRABALHADORES PROTEGIDOS
[em milhões]

Trabalhadores protegidos	1992	2003	2004	Cresc. (% a.a.) 1992-2003	Cresc. (%) 2003-2004
Brasil	24,0	30,9	32,8	2,3	5,8
Metropolitano	10,3	12,1	12,7	1,5	4,6
Metropolitano "PME"	8,9	10,0	10,5	1,1	4,3
Não-metropolitano	13,7	18,8	20,1	2,9	6,6
Urbano	12,0	17,1	18,2	3,3	6,4
Rural	1,8	1,7	1,8	-0,4	8,9
Grandes regiões					
Norte	0,8	1,4	1,5	4,9	10,2
Nordeste	4,0	5,2	5,4	2,4	3,7
Sudeste	13,4	16,4	17,3	1,8	5,7
Sul	4,3	5,6	6,0	2,5	7,1
Centro-Oeste	1,5	2,3	2,5	4,4	5,5

Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs de 1992, 2003 e 2004.
[a] As seis RMs pesquisadas pela PME são: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador. As demais que constam da PNAD são: Curitiba, Fortaleza, Belém e Brasília.

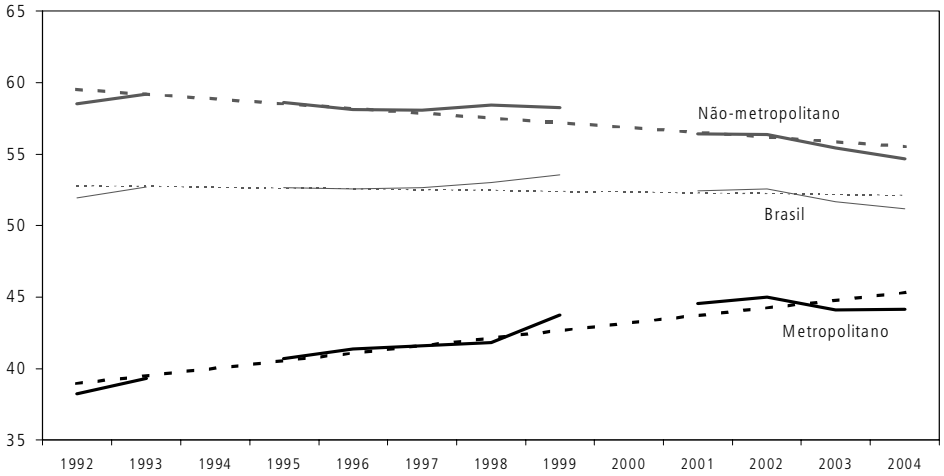
4. Foi usado aqui como grau de informalidade a soma dos trabalhadores sem carteira e os conta-própria, dividida pela soma dos trabalhadores protegidos, trabalhadores sem carteira, conta-própria e empregadores.

da série. A combinação desses movimentos em sentidos opostos, como retratado no Gráfico 3, levou a uma convergência entre o grau de informalidade metropolitano e não-metropolitano e, mais recentemente, a uma ligeira redução: em 2004, como resultado do crescimento apreciável do emprego formal, o grau de informalidade no âmbito nacional foi 0,5 p.p. inferior ao nível de 1992, atingindo a marca de 51,2%.

Reflexo do bom desempenho na geração de postos de trabalho, a taxa de desemprego caiu de 10,5% em 2003 para 9,7% em 2004 (Gráfico 4), voltando ao patamar de um dígito. Esse é um desdobramento bastante favorável quando é levada em conta a maior pressão vinda da taxa de participação[5] — que cresceu de 58,6% em 2003 para 59,2% em 2004.[6] Mesmo a pressão advinda do aumento da PEA em 2,9% não foi suficiente para aumentar a taxa de desemprego para cima, dado o crescimento de 3,7% da ocupação.

GRÁFICO 3

GRAU DE INFORMALIDADE TOTAL, METROPOLITANO E NÃO-METROPOLITANO

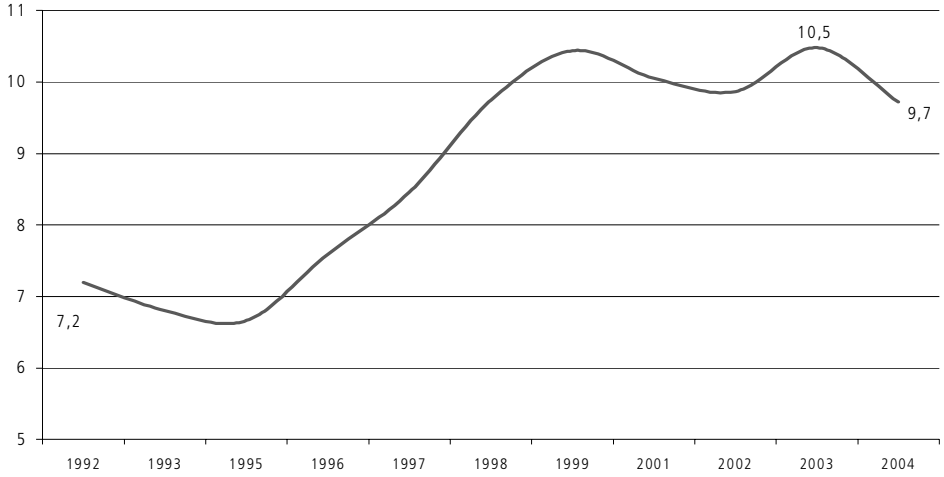


Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD de 1992 a 2004. Em 1994 e 2000 a PNAD não foi a campo.
Definição: (trabalhadores sem carteira + conta-própria) / (trabalhadores protegidos + trabalhadores sem carteira + conta-própria + empregadores).

GRÁFICO 4

TAXA DE DESEMPREGO TOTAL, METROPOLITANO, E NÃO-METROPOLITANO

[em %]



Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD de 1992 a 2004. Em 1994 e 2000 a PNAD não foi a campo.

5. A taxa de participação é a razão da PEA pela PIA.

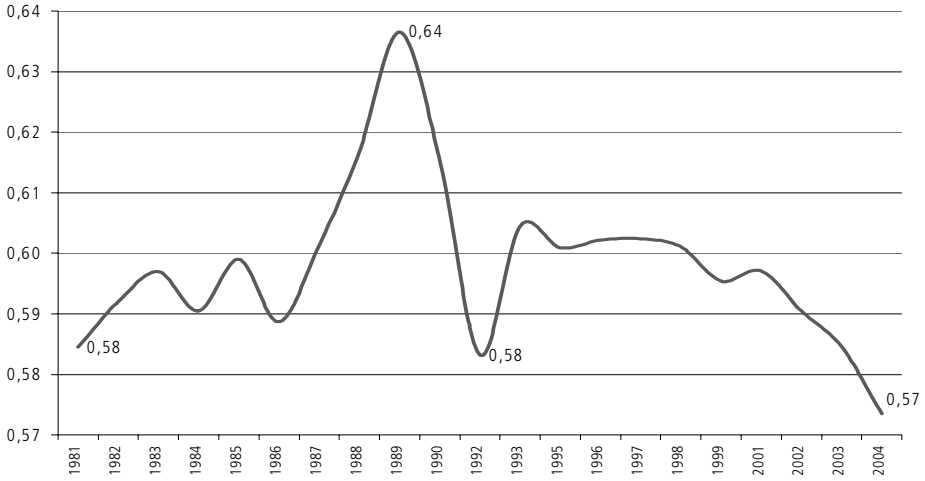
6. Lembrando que esses valores são ligeiramente diferentes daqueles apresentados na Tabela 1, em vista da redefinição da condição de ocupação, que tem reflexos sobre a PEA e a taxa de desemprego.

É importante mencionar que a maior pressão da oferta em 2004 não deve se sustentar por muito tempo, haja vista que em termos de PIA já se observa um crescimento bem menor. A diminuição do ritmo de expansão da PIA é conseqüência da mudança de padrão demográfico, causada pela queda da taxa de fecundidade brasileira, que já vem ocorrendo há algumas décadas. Nesse particular, o ano de 2004 foi marcante pelo fato de a taxa de fecundidade ter atingido patamar abaixo da taxa de reposição (o nível que garante, no longo prazo, a estabilidade populacional). Assim, é questão de (pouco) tempo para que a pressão da oferta sobre a necessidade de geração de postos de trabalho diminua de forma apreciável.

Por fim, um dos resultados mais notáveis da PNAD de 2004 é que a desigualdade registrada foi a mais baixa desde que a PNAD começou a ser realizada, em 1976. Qualquer que seja o índice, o ano de 2004 apresenta desigualdade menor que todos os anteriores (após 1976). O Gráfico 5 mostra a medida mais comum de desigualdade — o coeficiente de Gini — em comparação com os anos anteriores, mas para outras medidas, tais como o índice de Theil-T, a razão das rendas entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres e a razão entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres, o ano de 2004 também é o mais baixo da história. Além de 2004 ser o recorde histórico, o período 2001-2004 é o único desde 1981 no qual há queda na desigualdade por quatro anos consecutivos.

GRÁFICO 5

DESIGUALDADE DE RENDIMENTOS: COEFICIENTE DE GINI



Fonte: Elaboração própria a partir de microprocessamento dos dados da PNAD de 1992 a 2004. Em 1994 e 2000 a PNAD não foi a campo.

Em suma, foram claros os progressos do mercado de trabalho em 2004: aumento da ocupação em ritmo bastante superior à média anual da última década, com forte expansão dos empregos protegidos, paralelamente à perda de fôlego do emprego informal, acarretando uma queda no grau de informalidade; queda da taxa de desemprego, mesmo em meio a um aumento da pressão da oferta devido ao incremento da taxa de participação; e continuidade da queda na desigualdade de renda, majoritariamente ditada pelo desempenho do mercado de trabalho, de tal forma que o coeficiente de Gini — assim como outros índices — atingiu o seu menor valor, nesses quase 30 anos de história da PNAD.

A TAXA DE PARTICIPAÇÃO E OS EFEITOS TRABALHADOR ADICIONAL E DESALENTO

Gustavo Gonzaga
Do Departamento de Economia da PUC-RJ
Maurício Cortez Reis
Do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

As flutuações do ciclo econômico devem influenciar decisões relacionadas à oferta de trabalho, determinando o comportamento da taxa de participação da mão-de-obra. Entender o comportamento da oferta de trabalho, por sua vez, é fundamental para analisar o mercado de trabalho, assim como para o desenho de políticas públicas. A literatura econômica tem enfatizado dois efeitos concorrentes sobre o comportamento da oferta de trabalho ao longo do ciclo econômico: o efeito desalento e o efeito trabalhador adicional.

De acordo com o efeito desalento, introduzido por Long (1953), alguns trabalhadores optam por não participar da força de trabalho durante períodos recessivos. Isso porque em períodos de recessão, com altas taxas de desemprego, o salário que um trabalhador espera receber ao procurar emprego é mais baixo. Existem duas razões para que esse resultado seja observado. Primeiro, a chance de conseguir emprego é menor durante uma recessão. Segundo, o excesso de oferta de trabalho tende a reduzir os salários reais. Portanto, esse efeito age no sentido de reduzir a taxa de participação em momentos de crise e aumentá-la em períodos de recuperação.

O efeito trabalhador adicional, por outro lado, atua na direção oposta. A queda na renda real das famílias em períodos de recessão faz com que haja uma entrada de outros membros da família no mercado de trabalho remunerado, com o objetivo de manter o nível de consumo domiciliar inalterado. Com isso, a taxa de participação deve ser maior em períodos de recessão, já que um número maior de pessoas em cada família participa do mercado de trabalho.

Provavelmente, os dois efeitos influenciam a oferta de trabalho no Brasil, atingindo grupos diferentes de trabalhadores. Como apresentam sinais opostos e implicações diferentes para o comportamento das taxas de desemprego e de participação ao longo do ciclo econômico, a determinação de qual deles prevalece torna-se uma questão empírica de profunda relevância para a análise do mercado de trabalho nacional. Se trabalhadores desempregados passam a deixar o mercado de trabalho por se sentirem desalentados, a redução no número de pessoas que procuram emprego deve diminuir a taxa de desemprego. Porém, se a taxa de participação é influenciada pelo efeito trabalhador adicional, o número de pessoas que procuram emprego deve ser maior durante uma recessão, aumentando a taxa de desemprego. Essa nota tem como objetivo apresentar os principais resultados do estudo de Gonzaga e Reis (2005), que analisa como o comportamento da taxa de participação no Brasil é determinado pelos efeitos trabalhador adicional e desalento.

A TAXA DE PARTICIPAÇÃO NO BRASIL DE 1991 A 2002

O Gráfico 1A apresenta a evolução da taxa de participação nas regiões metropolitanas brasileiras para o total de indivíduos com idade entre 25 e 60 anos, de 1991 a 2002. Nota-se que

GRÁFICO 1A

TAXA DE PARTICIPAÇÃO NAS REGIÕES METROPOLITANAS: 1991-2002

[taxa de participação total (%)]

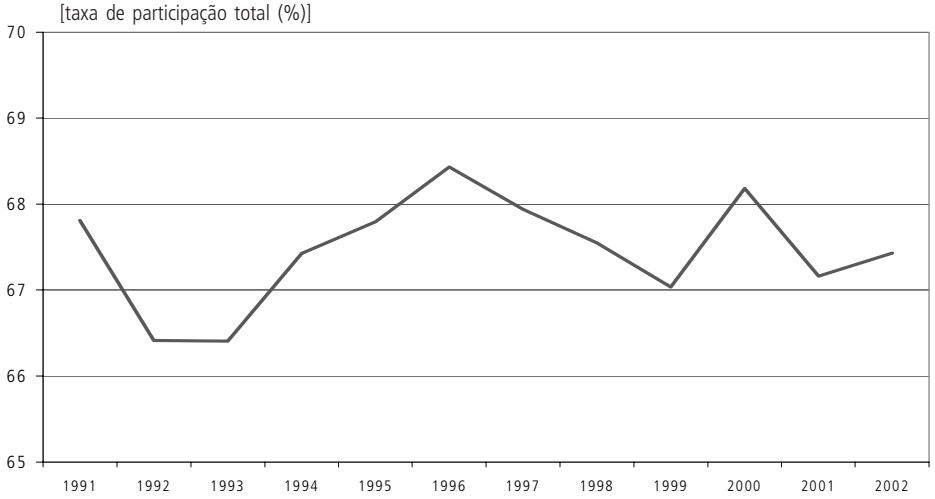


GRÁFICO 1B

[taxa de participação dos homens (%)]

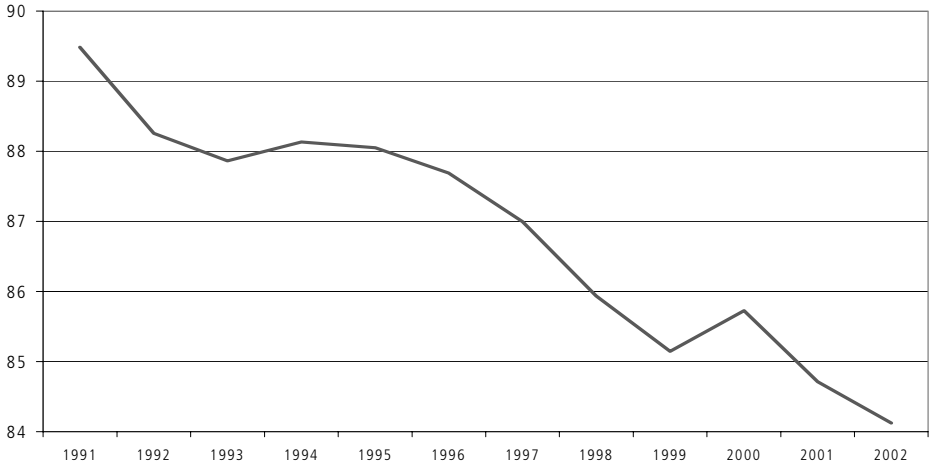
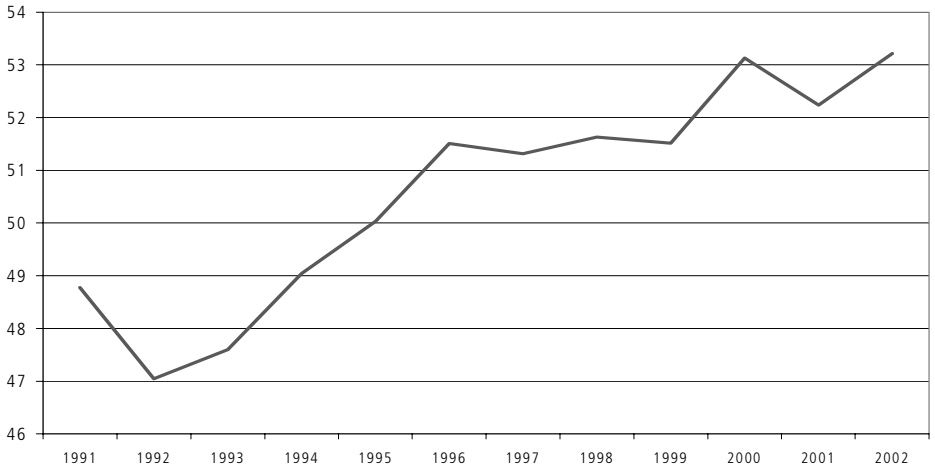


GRÁFICO 1C

[taxa de participação das mulheres (%)]



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego (PME) para indivíduos entre 25 e 60 anos.

a taxa de participação no mercado de trabalho permaneceu praticamente constante durante esse período, oscilando em torno de 67%. Os Gráficos 1B e 1C mostram, porém, que o comportamento da participação foi bastante diferente entre homens e mulheres. Para os homens, a tendência foi de redução na taxa de participação de 1991, quando era próxima de 90%, a 2002, quando passou para 84%. Essa tendência de queda foi interrompida apenas entre 1993 e 1995, quando a taxa ficou constante, e de 1999 a 2000, quando ocorreu um pequeno aumento. Já para as mulheres, o Gráfico 1C mostra uma tendência de aumento na participação, que passou de 49% em 1991 para 53% em 2002. Esse aumento foi mais acentuado exatamente nos períodos em que a taxa de participação dos homens ficou constante ou também aumentou.

A TAXA DE PARTICIPAÇÃO E OS CICLOS ECONÔMICOS

A Tabela 1 apresenta as correlações entre as variações cíclicas da taxa de participação para diversos subgrupos da população e de medidas do ciclo econômico. Como variáveis para o ciclo econômico são usadas a média dos rendimentos do trabalho principal e a taxa de desemprego, ambas para as regiões metropolitanas. Para calcular os componentes cíclicos é utilizado o filtro de Baxter e King (1999), que retira as variações de curto prazo e os componentes associados às tendências de longo prazo de cada série.

De acordo com os resultados, a taxa de participação total tem uma correlação positiva com a média dos rendimentos. Esse mesmo resultado é encontrado para homens e mulheres separadamente, mas a correlação é mais alta para esse último grupo. Os resultados para

TABELA 1
CORRELAÇÕES ENTRE OS COMPONENTES CÍCLICOS DA TAXA DE PARTICIPAÇÃO E DA MÉDIA DOS RENDIMENTOS E DA TAXA DE DESEMPREGO

Taxa de participação	Variância	Correlação com a média dos rendimentos	Correlação com a taxa de desemprego
Total	0,164	0,290***	–0,060
Homens	0,078	0,185**	–0,067
Mulheres	0,306	0,327***	–0,103
Mulheres chefes	0,416	0,090	0,031
Mulheres cônjuges	0,480	0,331***	–0,031
Mulheres filhas	0,256	0,292***	–0,089
Indivíduos com idade entre 15 e 24 anos	0,557	0,127	0,394***
Indivíduos com idade entre 25 e 54 anos	0,153	0,272***	–0,043
Indivíduos com 55 anos ou mais	0,184	0,328***	0,013
Homens com idade entre 15 e 24 anos	0,735	0,182**	0,317***
Homens com idade entre 25 e 54 anos	0,070	0,062	0,014
Homens com 55 anos ou mais	0,441	0,259***	–0,061
Mulheres com idade entre 15 e 24 anos	0,591	0,066	0,379***
Mulheres com idade entre 25 e 54 anos	0,324	0,333***	–0,103
Mulheres com 55 anos ou mais	0,118	0,299***	0,011

* Significativo para o nível de 10%.
** Significativo para o nível de 5%.
*** Significativo para o nível de 1%.

grupos de mulheres classificadas de acordo com a posição na ocupação mostram correlações positivas entre os rendimentos e as taxas de participação dos cônjuges e das filhas, mas não para as mulheres que se declararam chefes do domicílio. A seguir, são apresentados os resultados para os trabalhadores divididos por idade. Correlações positivas são encontradas entre a média dos rendimentos e as taxas de participação dos jovens, com idade entre 15 e 24 anos, e dos trabalhadores com 55 anos ou mais. Para os jovens também é observada uma correlação positiva entre participação e desemprego. Esse mesmo resultado é obtido para as mulheres com idade entre 15 e 24 anos. Os rendimentos médios apresentam uma correlação positiva com as taxas de participação das mulheres com idade entre 25 e 54 anos, e também para aquelas com 55 anos ou mais.

A Tabela 1 mostra, portanto, que a taxa de participação de alguns grupos é muito sensível aos ciclos econômicos, como para os jovens e as mulheres, principalmente as que têm a condição de cônjuge ou filha no domicílio.

A TAXA DE PARTICIPAÇÃO E O EFEITO TRABALHADOR ADICIONAL

Tendo em vista o fato de os homens terem uma ligação mais estreita com o mercado de trabalho, o efeito trabalhador adicional tem sido medido, basicamente, pela entrada temporária de mulheres casadas — cujos maridos antes empregados, se tornam desempregados — na força de trabalho. No Brasil, a disponibilidade dos microdados da PME contribui fortemente para a qualidade da análise dessas questões, uma vez que contém informações longitudinais sobre todos os membros do domicílio [ver Fernandes e Felício (2005)].

A Tabela 2 apresenta as médias anuais das taxas de participação e de desemprego entre 1991 e 2002, separadamente para as esposas classificadas em dois grupos distintos. Seguindo a literatura sobre o assunto, é selecionada uma amostra constituída por esposas que no primeiro mês de entrevista do domicílio na PME (que chamaremos de período *t*) não participavam

TABELA 2
TAXAS DE PARTICIPAÇÃO E DE DESEMPREGO PARA AS ESPOSAS NAS SITUAÇÕES 1 E 2

Ano	Situação 1		Situação 2	
	Participação	Desemprego	Participação	Desemprego
1991	14,84	8,46	27,93	12,99
1992	13,99	11,71	27,27	7,47
1993	14,47	10,80	28,61	11,98
1994	14,85	9,50	31,71	20,01
1995	17,26	9,35	30,11	13,62
1996	16,37	13,02	33,63	20,54
1997	17,31	14,58	26,14	19,58
1998	17,36	20,05	27,03	15,74
1999	16,99	16,98	29,17	27,04
2000	17,36	16,82	41,22	29,11
2001	17,18	14,81	32,13	27,39
2002	15,86	19,60	26,81	22,91

Fonte: Valores calculados a partir da PME para esposas que não participam do mercado de trabalho no primeiro mês de entrevista, com os maridos empregados.
Situação 1: os maridos permaneceram empregados nos meses 2, 3 e 4 da entrevista.
Situação 2: os maridos ficaram desempregados no mês 2.

do mercado de trabalho, mas os seus maridos se encontravam empregados. São incluídos apenas casais cujos integrantes tinham entre 25 e 60 anos no período da entrevista. Para analisar o efeito trabalhador adicional, as esposas são divididas em dois grupos. O primeiro grupo é composto por aquelas cujos maridos permaneceram empregados nos meses *t*+1, *t*+2 e *t*+3 (que chamaremos de Situação 1). No segundo grupo estão as esposas cujos maridos perderam o emprego, e se encontravam na situação de desempregados no mês *t*+1 (que chamaremos de Situação 2). A perda do emprego por parte do marido deve implicar uma queda substancial na renda domiciliar, e de acordo com o efeito trabalhador adicional deve contribuir para o aumento na taxa de participação das esposas na Situação 2 em relação às pertencentes ao grupo na Situação 1.

Pode-se notar pela Tabela 2 que para as esposas na Situação 1, cujos maridos permaneceram empregados durante os quatro meses de entrevista, a taxa de participação oscila em torno de 16%, e com uma variância bastante pequena. Já para as esposas no outro grupo, em que os maridos se encontravam desempregados no segundo mês de entrevista, a taxa de participação é bem mais elevada, variando entre 26% e 41%, e com uma média de 30,2% para todo o período. A taxa de desemprego também é muito mais elevada, em média, para as esposas na Situação 2, variando entre 7,5% e 29%, com média de 19%. Para as esposas na Situação 1, o desemprego oscila entre 8,5% e 20%, e a média é de 14%. Esses resultados sugerem, portanto, que uma redução na renda do domicílio, provocada pela perda do emprego do marido, está associada a uma taxa maior de participação das esposas que estavam na inatividade. Nota-se, entretanto, que uma proporção elevada dessas esposas não encontra emprego.

OS EFEITOS TRABALHADOR ADICIONAL E DESALENTO

A seguir, são apresentados gráficos que relacionam, de um lado, as trajetórias das taxas de participação e de emprego nas Situações 1 e 2 e, de outro, as evoluções do rendimento médio do trabalho principal e da taxa de desemprego para o total das regiões metropolitanas. Para as esposas na Situação 1, o comportamento da participação acompanha a evolução do rendimento médio, como mostra o Gráfico 2A. As duas variáveis aumentam até o final de 1997 e, a partir desse período, apresentam um ligeiro declínio até 2002. Essa figura indica que a taxa de participação das esposas no Grupo 1 é sensível às flutuações nos ciclos econômicos. Já o Gráfico 2B mostra que a esperada relação negativa entre desemprego e taxa de participação das esposas no Grupo 1 se verifica apenas na primeira metade da década de 1990.

GRÁFICO 2 A

TAXA DE PARTICIPAÇÃO (ESPOSAS NA SITUAÇÃO 1) *VERSUS* RENDIMENTO MÉDIO TOTAL: MÉDIA MÓVEL DE 12 MESES

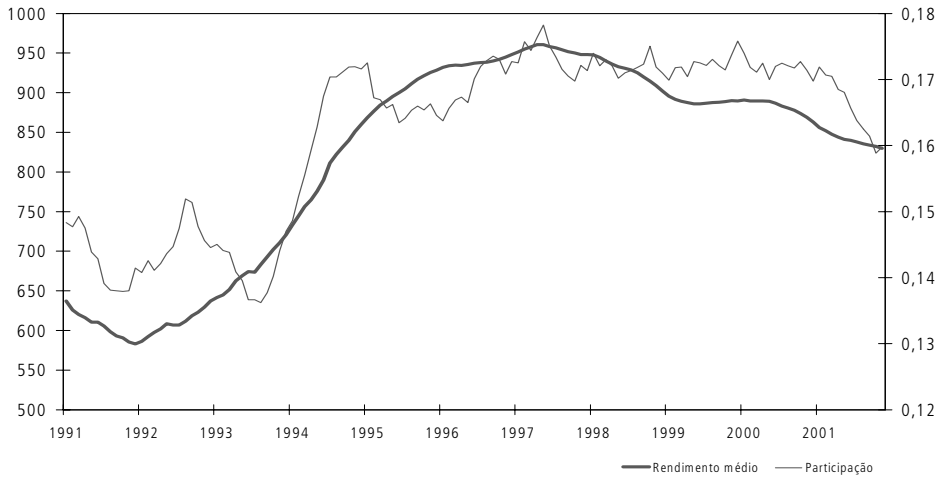
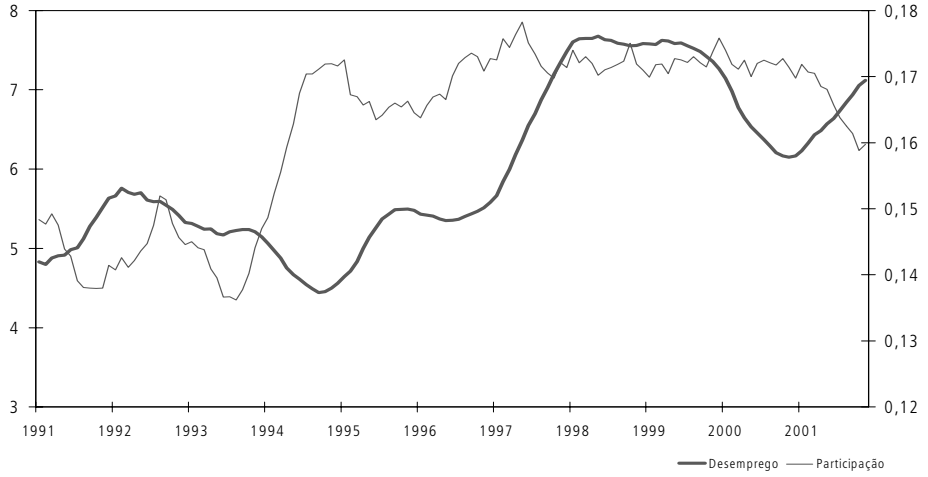


GRÁFICO 2B

TAXA DE PARTICIPAÇÃO (ESPOSAS NA SITUAÇÃO 1) *VERSUS* TAXA DE DESEMPREGO: MÉDIA MÓVEL DE 12 MESES



Os Gráficos 3A e 3B mostram que não parece existir relação entre as flutuações na taxa de participação das esposas na Situação 2 e as trajetórias do rendimento médio do trabalho principal e da taxa de desemprego total.

GRÁFICO 3A

TAXA DE PARTICIPAÇÃO (ESPOSAS NA SITUAÇÃO 2) *VERSUS* RENDIMENTO MÉDIO TOTAL: MÉDIA MÓVEL DE 12 MESES

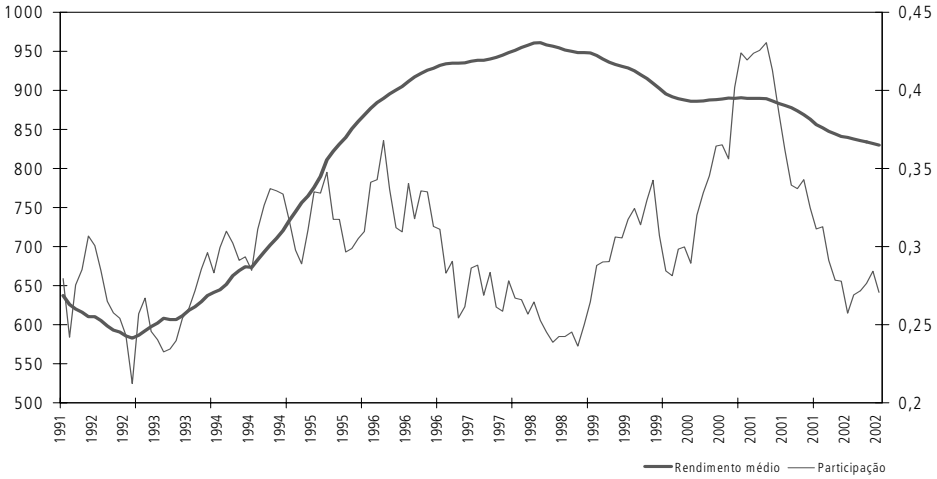
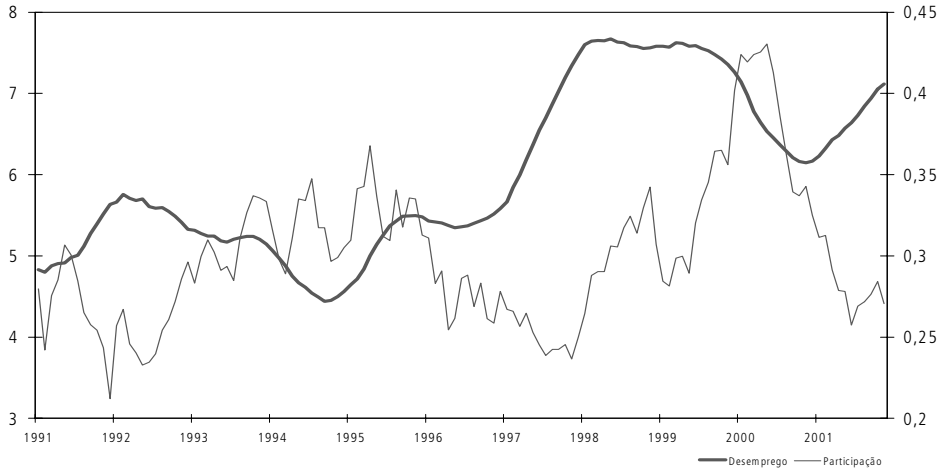


GRÁFICO 3B

TAXA DE PARTICIPAÇÃO (ESPOSAS NA SITUAÇÃO 2) *VERSUS* TAXA DE DESEMPREGO: MÉDIA MÓVEL DE 12 MESES



UM RESUMO DAS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

A estimação do efeito trabalhador adicional implementada por Gonzaga e Reis (2005) consiste em comparar a probabilidade de participação no mercado de trabalho de esposas cujos maridos permaneceram empregados ao longo da amostra com esposas cujos maridos perderam o emprego. O efeito desalento é captado pelo impacto sobre a participação das mudanças nos ciclos econômicos, que estão representados pela média dos rendimentos do trabalho principal para o total de ocupados nas regiões metropolitanas.

Os resultados mostram que ao se incorporar variáveis relacionadas ao efeito desalento na análise, o efeito trabalhador adicional deixa de ser significativo quando se estuda o conjunto dos trabalhadores, permanecendo significativo apenas para aqueles com baixa remuneração e pouca escolaridade. Esses grupos devem possuir uma capacidade limitada para suavizar o consumo após a queda de renda proporcionada pela perda de emprego de um membro do domicílio. A alternativa para esses grupos, então, é a entrada de outros membros do domicílio na força de trabalho. Os resultados também mostram que, mesmo para esses grupos com baixa remuneração e pouca escolaridade, o efeito trabalhador adicional é amenizado quando os maridos se encontravam há mais tempo empregados, retiraram o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) ou possuíam carteira assinada no antigo emprego.

O efeito desalento se mostrou significativo para as esposas cujos maridos permaneceram empregados. Ou seja, as esposas com uma situação mais estável entram no mercado de trabalho quando a situação está mais favorável e os rendimentos são elevados. Já nos períodos em que a situação está desfavorável, preferem não participar da força de trabalho.

BIBLIOGRAFIA

BAXTER, M., KING, R. G. Measuring business cycles: approximate band-pass filters for economic time series. *The Review of Economics and Statistics*, v. 81, n. 4, p. 575-593, 1999.

GONZAGA, G., REIS, M. Os efeitos trabalhador adicional e desalento no Brasil. *Anais do XXXIII Encontro Nacional de Economia*. Natal, RN, 2005.

LONG, C. Impact of effective demand on the labor supply. *American Economic Review*, v. 43, p. 458-467, 1953 (Papers and Proceedings).

ANEXO ESTATÍSTICO

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

OCUPAÇÃO

MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

DESEMPREGO

RENDIMENTOS

SEGURO-DESEMPREGO

INFORMALIDADE

Advertência

Os dados deste Anexo Estatístico, que são provenientes da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, apresentam valores distintos daqueles que foram publicados até o número 25 deste Boletim, em decorrência de novos fatores de expansão das amostras.

Para maiores informações, consultar:

http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/22022005reponderacao.shtm

ANEXO ESTATÍSTICO

Índice de Tabelas

A1. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

1.	PEA por Região Metropolitana	A1
2.	PEA por Gênero	A2
3.	PEA por Grau de Instrução	A2
4.	PEA por Faixa Etária	A3
6.	Taxa de Participação por Região Metropolitana	A4
7.	Taxa de Participação por Gênero	A5
8.	Taxa de Participação por Grau de Instrução	A5
9.	Taxa de Participação por Faixa Etária	A6
10.	População Economicamente Inativa que Gostaria de Trabalhar	A7

A2. OCUPAÇÃO

1.	Nível de Ocupação por Região Metropolitana	A9
2.	Nível de Ocupação por Gênero	A10
3.	Nível de Ocupação por Grau de Instrução	A11
4.	Nível de Ocupação por Faixa Etária	A12
5A.	Nível de Ocupação por Posição na Ocupação	A13
5B.	Empregados por Categoria de Ocupação	A14
6.	Nível de Ocupação por Setor de Atividade	A15

A3. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

1A.	Admissões por UF	A17
1B.	Desligamentos por UF	A19
1C.	Variação do Nível de Emprego por UF	A21
2A.	Admissões por Setor de Atividade	A23
2B.	Desligamentos por Setor de Atividade	A24
2C.	Variação do Nível de Emprego Formal por Setor de Atividade	A25

A4. DESEMPREGO

1.1	Taxa de Desemprego por Região Metropolitana — PME	A27
1.2	Taxa de Desemprego Aberto — PED	A28
1.3	Taxa de Desemprego Oculto por Desalento — PED	A29
1.4	Taxa de Desemprego Oculto por Precariedade — PED	A30
1.5	Taxa de Desemprego Total — PED	A31
2.	Taxa de Desemprego por Gênero — PME	A32
3.	Taxa de Desemprego por Grau de Instrução — PME	A32
4.	Taxa de Desemprego por Faixa Etária — PME	A33
6.	Taxa de Desemprego por Posição na Família — PME	A34
7.	Composição do Desemprego por Gênero — PME	A34
9.	Composição do Desemprego por Posição na Família — PME	A35
10.	Composição do Desemprego por Faixa Etária — PME	A36
11.	Composição do Desemprego por Grau de Instrução — PME	A37
13.	Composição do Desemprego por Faixa de Duração — PME	A38

A5. SEGURO-DESEMPREGO

1. Requerentes, Segurados e Valor Médio do Benefício A39

A7. RENDIMENTOS

1A. Rendimentos Médios Reais Habitualmente Recebidos por Região A41
1B. Rendimentos Médios Reais Efetivamente Recebidos por Região A42
6A. Rendimentos Médios Reais Habitualmente Recebidos por Posição na Ocupação A43
6B. Rendimentos Médios Reais Efetivamente Recebidos por Posição na Ocupação A44
7. Salário Mínimo Real A45

A9. INFORMALIDADE

1. Participação dos Empregados sem Carteira Assinada na Ocupação Total por Região Metropolitana A47
2. Participação dos Empregados por Conta Própria na Ocupação Total por Região Metropolitana A48
3. Diferencial de Rendimentos Efetivamente Recebidos pelos Empregados do Setor Privado, com e sem Carteira Assinada, por Região Metropolitana A49
4. Diferencial de Rendimentos Efetivamente Recebidos pelos Empregados do Setor Privado com Carteira Assinada e os Trabalhadores por Conta Própria, por Região Metropolitana A50

A1. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA A.1.1
PEA POR REGIÃO METROPOLITANA
[em mil pessoas]

Período		RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total
2002[a]		1.358	1.475	2.045	5.134	8.503	1.727	20.241
2003		1.460	1.547	2.158	5.279	9.061	1.788	21.293
2004		1.451	1.590	2.250	5.382	9.270	1.810	21.753
2005	Janeiro	1.446	1.643	2.213	5.335	9.271	1.793	21.700
	Fevereiro	1.443	1.621	2.221	5.378	9.305	1.776	21.743
	Março	1.468	1.618	2.242	5.374	9.441	1.793	21.935
	Abril	1.448	1.628	2.241	5.351	9.451	1.826	21.945
	Maio	1.481	1.634	2.291	5.373	9.418	1.869	22.066
	Junho	1.427	1.622	2.289	5.304	9.392	1.850	21.885
	Julho	1.464	1.653	2.246	5.315	9.355	1.844	21.877
	Agosto	1.480	1.663	2.264	5.371	9.322	1.863	21.962
	Setembro	1.511	1.677	2.319	5.433	9.390	1.881	22.211
	Outubro	1.523	1.663	2.318	5.435	9.404	1.870	22.214
	Novembro	1.521	1.668	2.324	5.474	9.388	1.888	22.263
	Dezembro	1.519	1.669	2.311	5.415	9.279	1.886	22.079
	2005	1.485	1.664	2.276	5.373	9.356	1.863	22.017

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.1.2
PEA POR GÊNERO
[em mil pessoas]

Período		Masculino	Feminino
2002[a]		11.371	8.869
2003		11.830	9.463
2004		11.984	9.769
2005	Janeiro	11.983	9.717
	Fevereiro	11.993	9.750
	Março	12.076	9.859
	Abril	12.083	9.861
	Maio	12.055	10.011
	Junho	12.015	9.870
	Julho	11.988	9.889
	Agosto	12.098	9.864
	Setembro	12.228	9.984
	Outubro	12.224	9.990
	Novembro	12.211	10.052
	Dezembro	12.172	9.906
	2005	12.094	9.896

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.1.3
PEA POR GRAU DE INSTRUÇÃO
[anos de escolaridade (mil pessoas)]

Período		< 8	8-10	> = 11
2002[a]		7.047	4.112	9.041
2003		7.229	4.267	9.762
2004		7.036	4.261	10.416
2005	Janeiro	6.846	4.144	10.686
	Fevereiro	6.679	4.189	10.848
	Março	6.854	4.128	10.921
	Abril	6.755	4.200	10.950
	Maio	6.779	4.223	11.026
	Junho	6.760	4.187	10.900
	Julho	6.690	4.201	10.951
	Agosto	6.760	4.227	10.940
	Setembro	6.772	4.338	11.071
	Outubro	6.770	4.286	11.125
	Novembro	6.789	4.369	11.070
	Dezembro	6.661	4.148	11.244
	2005	6.760	4.220	10.978

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.1.4
PEA POR FAIXA ETÁRIA
[em mil pessoas]

Período		10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002[a]		95	573	4.018	12.576	2.980
2003		128	620	4.103	13.141	3.302
2004		108	604	4.131	13.378	3.532
2005	Janeiro	68	557	4.025	13.450	3.599
	Fevereiro	71	551	4.029	13.576	3.515
	Março	53	539	4.058	13.645	3.641
	Abril	60	558	4.061	13.615	3.651
	Maio	56	540	4.110	13.643	3.717
	Junho	55	501	4.001	13.574	3.753
	Julho	60	479	3.963	13.632	3.743
	Agosto	70	525	3.976	13.672	3.719
	Setembro	80	525	4.061	13.758	3.788
	Outubro	62	545	4.035	13.784	3.789
	Novembro	67	516	4.108	13.727	3.844
	Dezembro	70	502	4.055	13.615	3.838
	2005	64	528	4.040	13.641	3.716

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.1.6
TAXA DE PARTICIPAÇÃO POR REGIÃO METROPOLITANA
[em %]

Período		RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total
2002[a]		48,5	56,1	54,7	54,4	57,1	56,1	55,3
2003		51,3	57,6	56,3	54,8	59,8	56,7	57,1
2004		49,8	57,8	57,2	55,0	59,9	56,3	57,2
2005	Janeiro	48,9	58,7	55,3	53,7	59,0	55,3	56,1
	Fevereiro	48,7	57,9	55,4	54,4	59,2	54,8	56,3
	Março	49,6	57,8	56,1	54,3	60,1	55,0	56,8
	Abril	48,9	58,1	55,9	53,9	59,9	55,9	56,6
	Maio	49,8	58,3	57,1	54,1	59,8	57,0	57,0
	Junho	48,1	57,7	56,9	53,4	59,5	56,5	56,4
	Julho	49,4	58,7	55,8	53,4	59,3	56,3	56,4
	Agosto	49,8	59,2	55,9	53,9	59,1	56,8	56,5
	Setembro	50,8	59,3	57,2	54,5	59,2	57,2	57,0
	Outubro	51,1	58,6	57,1	54,3	59,2	56,9	56,8
	Novembro	50,7	58,7	57,0	54,3	59,0	57,2	56,8
	Dezembro	50,4	58,5	56,6	53,9	58,0	56,8	56,1
	2005	49,8	58,6	56,2	54,0	59,1	56,3	56,5

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.1.7
TAXA DE PARTICIPAÇÃO POR GÊNERO
[em %]

Período		Masculino	Feminino
2002[a]		66,3	45,7
2003		67,7	47,8
2004		67,3	48,3
2005	Janeiro	66,5	47,1
	Fevereiro	66,5	47,4
	Março	67,1	47,8
	Abril	67,0	47,6
	Maio	67,1	48,2
	Junho	66,7	47,5
	Julho	66,3	47,7
	Agosto	66,8	47,5
	Setembro	67,1	48,1
	Outubro	66,7	48,1
	Novembro	66,6	48,2
	Dezembro	66,2	47,3
	2005	66,6	47,6

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.1.8
TAXA DE PARTICIPAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO
[anos de escolaridade (%)]

Período		< 8	8-10	> = 11
2002[a]		40,9	57,1	74,9
2003		42,1	58,9	76,2
2004		41,3	58,4	76,3
2005	Janeiro	40,4	56,1	74,9
	Fevereiro	39,9	56,5	75,4
	Março	40,6	56,3	76,0
	Abril	39,9	56,8	76,1
	Maio	40,4	56,8	76,4
	Junho	40,1	56,7	75,4
	Julho	39,6	56,7	75,7
	Agosto	39,8	56,9	76,0
	Setembro	39,9	58,0	76,5
	Outubro	39,6	57,4	76,9
	Novembro	39,6	57,9	76,5
	Dezembro	39,2	56,3	75,4
	2005	39,9	56,9	75,9

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.1.9
TAXA DE PARTICIPAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA
[em %]

Período		10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002[a]		2,6	24,0	68,3	76,6	36,0
2003		3,5	26,0	70,2	78,5	38,0
2004		3,0	25,5	70,8	78,8	38,2
2005	Janeiro	1,9	23,7	68,7	78,1	37,4
	Fevereiro	2,0	23,7	69,2	78,6	36,8
	Março	1,5	23,0	70,3	78,9	37,7
	Abril	1,7	23,4	70,0	78,9	37,6
	Maio	1,6	22,9	70,3	78,8	38,6
	Junho	1,6	21,5	68,6	78,3	38,5
	Julho	1,7	20,7	68,6	78,3	38,5
	Agosto	2,0	22,6	69,0	78,5	37,9
	Setembro	2,2	22,5	70,6	78,8	38,5
	Outubro	1,7	23,0	70,3	78,8	38,4
	Novembro	1,9	21,7	70,2	78,8	38,5
	Dezembro	1,9	21,8	68,6	78,1	38,1
	2005	1,9	22,7	69,4	78,5	37,9

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.1.10

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE INATIVA QUE GOSTARIA DE TRABALHAR

Período		Disponíveis		Não-disponíveis	Total
		Marginalmente ligadas à PEA[a]	Total		
2002[b]		1.087	3.181	445	3.626
2003		989	2.823	408	3.230
2004		1.030	2.825	369	3.194
2005	Janeiro	1.127	3.031	319	3.350
	Fevereiro	1.022	2.871	375	3.246
	Março	947	2.781	329	3.110
	Abril	944	2.798	298	3.096
	Maio	951	2.739	343	3.082
	Junho	1.160	2.941	333	3.274
	Julho	1.108	2.838	319	3.157
	Agosto	1.096	2.889	338	3.227
	Setembro	1.011	2.824	362	3.186
	Outubro	980	2.730	368	3.098
	Novembro	936	2.631	340	2.971
	Dezembro	1.160	2.862	423	3.285
	2005	1.037	2.828	346	3.174

Fonte: PME/IBGE.

[a] Pessoas economicamente inativas que gostariam e estão disponíveis para trabalhar, e que estiveram na PEA no período de 358 dias anterior à semana de referência da pesquisa.

[b] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.2.1
NÍVEL DE OCUPAÇÃO POR REGIÃO METROPOLITANA
[em mil pessoas]

Período		RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total
2002[a]		1.188	1.254	1.828	4.618	7.420	1.576	17.885
2003		1.258	1.289	1.924	4.794	7.785	1.619	18.669
2004		1.267	1.335	2.011	4.895	8.098	1.654	19.260
2005	Janeiro	1.270	1.383	1.995	4.942	8.239	1.668	19.497
	Fevereiro	1.252	1.367	2.001	4.925	8.235	1.650	19.430
	Março	1.261	1.364	2.002	4.924	8.358	1.651	19.560
	Abril	1.259	1.352	2.029	4.891	8.370	1.679	19.581
	Maio	1.291	1.373	2.088	4.915	8.429	1.726	19.823
	Junho	1.290	1.383	2.095	4.940	8.407	1.719	19.834
	Julho	1.279	1.394	2.061	4.935	8.431	1.716	19.816
	Agosto	1.281	1.405	2.076	4.971	8.442	1.722	19.897
	Setembro	1.285	1.421	2.131	5.029	8.483	1.723	20.072
	Outubro	1.306	1.416	2.122	5.004	8.503	1.730	20.081
	Novembro	1.298	1.418	2.134	5.053	8.476	1.753	20.132
	Dezembro	1.307	1.425	2.149	5.047	8.551	1.760	20.238
	2005	1.282	1.392	2.074	4.965	8.410	1.708	19.830

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.2.2
NÍVEL DE OCUPAÇÃO POR GÊNERO
[em mil pessoas]

Período		Masculino	Feminino
2002[a]		10.248	7.636
2003		10.641	8.029
2004		10.895	8.364
2005	Janeiro	11.033	8.464
	Fevereiro	11.009	8.422
	Março	11.053	8.506
	Abril	11.071	8.510
	Maio	11.092	8.731
	Junho	11.136	8.698
	Julho	11.100	8.716
	Agosto	11.172	8.725
	Setembro	11.289	8.782
	Outubro	11.290	8.792
	Novembro	11.284	8.847
	Dezembro	11.338	8.901
	2005	11.156	8.675

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.2.3
NÍVEL DE OCUPAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO
[anos de escolaridade (mil pessoas)]

Período		0	1-3	4-7	8-10	> = 11
2002[a]		557	1.189	4.447	3.478	8.173
2003		565	1.183	4.610	3.560	8.716
2004		532	1.131	4.628	3.590	9.339
2005	Janeiro	503	1.119	4.589	3.592	9.669
	Fevereiro	472	1.106	4.450	3.596	9.780
	Março	515	1.075	4.585	3.537	9.816
	Abril	462	1.096	4.551	3.598	9.834
	Maio	467	1.105	4.605	3.648	9.961
	Junho	485	1.128	4.612	3.627	9.944
	Julho	473	1.100	4.556	3.644	10.008
	Agosto	493	1.121	4.576	3.677	9.996
	Setembro	490	1.110	4.584	3.749	10.108
	Outubro	483	1.099	4.598	3.711	10.156
	Novembro	473	1.082	4.623	3.796	10.123
	Dezembro	498	1.098	4.552	3.704	10.361
	2005	485	1.103	4.573	3.657	9.980

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.2.4
NÍVEL DE OCUPAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA
[em mil pessoas]

Período		10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002[a]		78	377	3.152	11.445	2.833
2003		105	384	3.144	11.909	3.128
2004		89	390	3.200	12.215	3.366
2005	Janeiro	55	367	3.190	12.433	3.451
	Fevereiro	57	349	3.151	12.507	3.365
	Março	46	345	3.149	12.532	3.487
	Abril	53	350	3.152	12.518	3.508
	Maio	49	368	3.207	12.623	3.576
	Junho	47	331	3.195	12.644	3.616
	Julho	49	326	3.169	12.665	3.607
	Agosto	62	358	3.184	12.716	3.577
	Setembro	68	356	3.220	12.771	3.656
	Outubro	52	360	3.233	12.785	3.651
	Novembro	56	344	3.299	12.719	3.714
	Dezembro	59	369	3.338	12.744	3.728
	2005	54	352	3.207	12.638	3.578

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.2.5A
NÍVEL DE OCUPAÇÃO POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO
[em mil pessoas]

Período		Empregados				Conta-própria	Empregadores	Não-remunerados	Total
		Com carteira	Sem carteira	Militar/RJU	Não-remunerados				
2002[a]		8.141	3.796	1.354	11	3.468	897	217	17.884
2003		8.266	4.090	1.370	13	3.729	1.025	177	18.669
2004		8.425	4.339	1.397	9	3.910	1.012	167	19.239
2005	Janeiro	8.629	4.411	1.430	13	3.864	1.008	142	19.497
	Fevereiro	8.743	4.327	1.403	10	3.773	1.026	146	19.428
	Março	8.788	4.321	1.439	6	3.834	1.012	159	19.560
	Abril	8.812	4.396	1.453	10	3.723	1.039	147	19.580
	Maio	8.986	4.434	1.456	4	3.773	1.024	147	19.824
	Junho	8.969	4.448	1.416	8	3.817	1.029	147	19.834
	Julho	8.917	4.455	1.453	10	3.806	999	186	19.826
	Agosto	8.937	4.466	1.427	11	3.859	1.021	175	19.897
	Setembro	9.030	4.465	1.460	6	3.935	1.022	161	20.078
	Outubro	8.966	4.500	1.511	7	3.918	1.018	160	20.080
	Novembro	9.042	4.485	1.516	7	3.903	1.012	167	20.132
	Dezembro	9.223	4.458	1.456	7	3.906	1.039	148	20.238
	2005	8.920	4.430	1.452	8	3.843	1.021	157	19.831

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.2.5B
EMPREGADOS POR CATEGORIA DE OCUPAÇÃO
[em mil pessoas]

Período		Setor privado		Setor público			Domésticos	
		Com carteira	Sem carteira	Com carteira	Sem carteira	Militar/RJU	Com carteira	Sem carteira
2002[a]		7.261	2.639	381	273	1.354	500	885
2003		7.412	2.902	357	274	1.370	498	914
2004		7.561	3.058	344	292	1.397	520	989
2005	Janeiro	7.733	3.160	327	264	1.430	569	987
	Fevereiro	7.849	3.051	344	272	1.404	550	1.006
	Março	7.892	3.035	338	280	1.439	557	1.007
	Abril	7.889	3.086	335	283	1.453	588	1.028
	Maio	8.030	3.104	360	263	1.456	596	1.067
	Junho	8.004	3.089	368	292	1.416	597	1.067
	Julho	7.962	3.079	365	276	1.453	591	1.100
	Agosto	7.965	3.089	393	302	1.427	579	1.075
	Setembro	8.063	3.092	379	300	1.460	588	1.072
	Outubro	8.047	3.157	364	289	1.511	556	1.054
	Novembro	8.107	3.153	347	277	1.516	588	1.055
	Dezembro	8.268	3.118	366	296	1.456	589	1.044
	2005	7.984	3.101	357	283	1.452	579	1.047

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.2.6
NÍVEL DE OCUPAÇÃO POR SETOR DE ATIVIDADE
[em mil pessoas]

Período		Indústria[a]	Construção	Comércio[b]	Intermediação financeira[c]	Administração pública[d]	Serviços domésticos	Outros serviços	Outras atividades
2002[e]		3.143	1.366	3.698	2.313	2.872	1.385	3.000	106
2003		3.287	1.409	3.764	2.507	2.951	1.412	3.186	153
2004		3.410	1.408	3.832	2.637	3.022	1.509	3.306	135
2005	Janeiro	3.466	1.431	3.908	2.695	2.961	1.557	3.342	137
	Fevereiro	3.416	1.411	3.926	2.714	2.987	1.556	3.289	132
	Março	3.494	1.443	3.840	2.705	3.104	1.564	3.288	122
	Abril	3.394	1.436	3.895	2.687	3.107	1.615	3.311	132
	Maio	3.495	1.437	3.928	2.661	3.179	1.664	3.332	127
	Junho	3.537	1.445	3.845	2.650	3.160	1.665	3.396	137
	Julho	3.498	1.380	3.899	2.689	3.115	1.691	3.409	134
	Agosto	3.542	1.396	3.849	2.843	3.122	1.654	3.360	130
	Setembro	3.547	1.439	3.895	2.880	3.129	1.660	3.395	126
	Outubro	3.570	1.445	3.946	2.871	3.152	1.610	3.369	118
	Novembro	3.594	1.488	3.931	2.814	3.138	1.643	3.397	126
	Dezembro	3.563	1.485	3.996	2.877	3.103	1.634	3.458	123
	2005	3.510	1.436	3.905	2.757	3.105	1.626	3.362	129

Fonte: PME/IBGE.

[a] Indústria extrativa e de transformação, e produção e distribuição de eletricidade, gás e água.

[b] Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos, e comércio a varejo de combustíveis.

[c] Serviços prestados à empresa, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira.

[d] Educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social.

[e] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.3.1A
ADMISSÕES POR UF

	2000	2001	2002	2003	2004	Jan./05	Fev./05	Mar./05	Abr./05	Maio/05	Jun./05	Jul./05	Ago./05	Set./05	Out./05	Nov./05	Dez./05	2005
RO	46.788	49.073	51.199	55.768	65.619	5.307	5.533	6.046	5.685	6.547	7.256	6.059	6.622	6.339	5.221	5.067	4.009	69.691
AC	9.572	11.416	11.687	10.728	11.884	1.282	881	1.274	1.060	1.407	1.685	1.558	1.232	1.434	1.055	1.024	1.051	14.943
AM	83.079	89.022	86.413	88.113	117.620	8.948	8.951	9.793	11.450	11.066	11.868	12.477	14.355	12.275	11.596	11.206	7.918	131.903
RR	4.958	6.015	5.221	5.966	7.311	655	551	684	715	739	798	637	680	901	829	615	424	7.613
PA	129.505	143.350	143.755	160.830	201.677	17.124	15.699	18.200	17.601	17.825	19.685	16.360	18.620	20.675	17.580	16.387	12.723	208.479
AP	9.923	9.735	9.491	10.699	12.901	1.183	857	1.022	826	1.066	1.207	1.428	1.869	1.532	1.349	1.262	963	14.564
TO	27.829	29.963	31.305	32.726	41.636	3.017	3.267	3.454	3.980	3.920	4.697	3.478	3.861	3.721	3.330	3.404	2.234	42.363
MA	57.334	69.239	60.558	62.670	70.431	6.733	6.059	7.188	9.273	7.853	8.188	6.989	7.085	6.736	7.283	7.174	5.293	85.854
PI	47.854	48.127	46.875	46.111	48.839	3.981	4.160	4.289	4.848	4.507	4.635	5.036	5.169	4.732	4.631	4.990	3.143	54.121
CE	212.751	223.517	215.582	210.583	227.205	19.513	17.075	19.642	17.714	19.236	21.062	20.498	23.142	23.062	20.933	21.849	16.911	240.637
RN	85.770	103.114	97.748	105.122	137.285	11.261	9.911	10.872	11.203	11.933	10.292	10.081	12.508	15.551	11.058	12.130	11.039	137.839
PB	69.315	78.281	74.189	67.107	73.471	5.685	4.942	5.827	5.586	6.694	6.307	6.116	11.517	9.382	6.336	6.473	4.748	79.613
PE	240.023	270.845	254.078	251.413	274.965	22.359	19.553	21.838	22.522	27.221	23.560	23.174	27.374	53.404	27.952	24.277	18.520	311.754
AL	80.891	93.729	88.185	93.277	99.851	4.480	3.740	3.994	4.576	5.910	6.999	6.293	6.035	35.277	15.223	7.072	4.238	103.837
SE	51.094	54.826	55.944	52.951	61.982	5.351	4.907	5.074	5.351	5.859	5.163	5.221	5.250	5.269	6.829	5.699	4.261	64.234
BA	338.769	357.821	348.538	349.688	406.076	37.981	34.066	40.457	42.336	42.455	43.386	42.346	40.912	40.927	38.868	36.219	30.540	470.493
MG	1.271.750	1.284.887	1.276.156	1.275.231	1.452.415	109.937	113.765	130.917	133.661	151.289	174.380	144.271	147.572	132.306	124.498	122.172	95.112	1.579.880
ES	207.676	221.636	221.484	222.795	255.143	20.383	19.355	26.472	29.456	29.723	25.985	24.563	25.714	23.501	24.296	22.385	19.622	291.455

(continua)

(continuação)

	2000	2001	2002	2003	2004	Jan./05	Fev./05	Mar./05	Abr./05	Maio/05	Jun./05	Jul/05	Ago/05	Set./05	Out/05	Nov./05	Dez./05	2005
RJ	966.615	1.009.454	890.500	863.172	930.436	78.851	74.089	88.200	87.347	91.937	88.745	84.544	88.450	84.203	82.018	90.800	78.009	1.017.193
SP	3.142.311	3.342.485	3.067.642	2.972.094	3.426.878	314.649	316.122	336.608	377.138	352.935	338.361	318.566	334.928	308.827	291.103	288.396	233.607	3.811.240
PR	656.104	735.560	710.236	735.432	860.828	72.008	76.930	89.680	91.413	83.200	76.300	71.335	77.984	71.299	68.004	67.745	53.073	898.971
SC	468.212	525.573	531.525	556.244	655.009	67.638	65.474	64.083	58.183	56.683	55.581	52.273	57.047	54.097	56.563	60.063	44.403	692.088
RS	761.293	814.128	757.568	777.864	914.638	81.449	80.677	92.951	76.773	71.164	67.446	61.517	69.132	63.719	68.864	76.511	59.505	869.708
MS	113.595	127.138	131.314	140.349	162.065	14.752	14.955	17.172	15.454	15.699	13.785	13.341	13.721	12.330	11.288	11.930	9.040	163.467
MT	151.152	174.754	182.489	201.391	253.451	22.995	23.394	26.596	22.952	23.235	22.520	17.795	18.590	17.491	18.112	15.304	11.396	240.380
GO	265.797	292.087	298.605	301.347	346.598	28.607	31.270	32.402	36.597	34.628	33.398	32.480	34.305	31.673	30.581	30.949	23.318	380.208
DF	168.172	185.868	164.092	159.672	180.282	14.491	15.119	17.735	16.330	16.521	16.659	16.266	18.124	18.300	16.326	16.662	13.305	195.838
Total	9.668.132	10.351.643	9.812.379	9.809.343	11.296.496	980.620	971.302	1.082.470	1.110.030	1.101.252	1.089.948	1.004.702	1.071.798	1.058.963	971.726	967.150	768.405	12.178.366

TABELA A.3.1B
DESLIGAMENTOS POR UF

	2000	2001	2002	2003	2004	Jan./05	Fev./05	Mar./05	Abr./05	Maio/05	Jun./05	Jul./05	Ago./05	Set./05	Out./05	Nov./05	Dez./05	2005
RO	43.913	46.598	46.444	52.369	59.584	4.914	5.026	6.341	4.384	5.638	5.700	5.556	5.454	5.414	5.251	5.072	6.057	64.807
AC	8.241	9.994	10.872	10.881	11.064	994	878	1.197	919	920	1.060	1.068	955	1.082	1.034	1.135	1.365	12.607
AM	70.035	82.873	75.316	77.977	94.889	9.310	8.684	8.008	7.714	7.697	8.982	10.143	9.242	9.324	9.166	10.031	13.663	111.964
RR	4.813	5.612	5.180	5.719	6.397	559	516	576	581	555	496	613	685	564	540	499	581	6.266
PA	114.331	131.949	130.435	148.360	163.473	15.980	15.249	16.619	14.599	16.569	17.068	16.056	16.033	15.195	15.368	14.721	17.225	190.682
AP	8.549	8.980	8.704	10.938	9.995	1.434	1.052	1.203	757	916	995	1.129	890	1.099	1.078	982	1.738	12.291
TO	26.223	30.406	30.880	29.700	35.833	2.934	2.578	3.361	3.074	3.558	3.517	3.544	3.613	3.473	3.124	4.382	4.211	41.369
MA	53.488	65.606	57.316	56.577	60.392	5.488	5.634	6.306	5.751	6.195	7.272	6.433	5.891	5.096	5.795	5.227	7.884	72.972
PI	45.542	48.283	41.549	44.158	42.949	4.208	3.860	3.767	3.261	3.792	3.997	4.018	3.725	4.238	3.474	4.031	5.188	47.559
CE	194.972	206.436	184.751	191.938	195.965	20.065	17.564	18.576	16.041	17.567	17.642	16.867	17.156	16.521	16.022	16.874	18.867	209.762
RN	76.808	97.249	86.992	98.042	119.293	11.270	11.446	12.781	8.529	8.429	9.171	10.266	9.335	8.570	8.864	9.954	10.828	119.443
PB	64.310	78.422	67.029	70.459	60.758	7.417	10.016	7.354	4.993	5.057	4.520	4.778	5.261	5.070	4.121	4.517	5.741	68.845
PE	220.157	257.336	236.905	237.584	237.539	24.129	38.485	27.900	19.343	18.818	17.378	17.434	22.124	19.292	20.776	21.686	24.159	271.524
AL	68.987	86.998	80.373	82.405	90.169	6.056	17.419	22.074	7.002	5.046	4.396	4.784	6.139	4.637	6.281	7.136	7.162	98.132
SE	47.850	54.030	45.108	50.469	52.091	4.408	4.906	6.784	4.267	5.486	4.054	4.473	4.413	4.185	4.051	4.796	4.767	56.590
BA	309.138	344.672	311.240	323.186	353.352	33.099	30.954	34.031	32.949	32.944	33.579	34.969	34.865	34.952	34.304	33.564	36.331	406.541
MG	1.232.164	1.253.526	1.180.740	1.199.582	1.277.161	98.131	100.786	113.500	101.836	108.739	113.934	121.984	147.911	143.772	121.576	123.521	128.781	1.424.471
ES	189.419	199.816	197.932	209.792	219.136	18.075	19.417	21.649	19.829	20.547	24.025	23.228	21.268	20.199	18.219	20.370	23.969	250.795

(continua)

(continuação)

	2000	2001	2002	2003	2004	Jan./05	Fev./05	Mar./05	Abr./05	Maio/05	Jun./05	Jul./05	Ago./05	Set./05	Out./05	Nov./05	Dez./05	2005
RJ	905.395	950.034	817.854	804.625	822.606	80.153	68.635	82.110	70.232	75.342	75.905	74.494	75.317	69.647	69.296	72.972	81.979	896.082
SP	2.901.429	3.159.516	2.867.964	2.800.585	2.929.226	261.866	263.452	283.582	256.671	264.970	271.204	264.151	278.972	250.035	254.361	325.273	363.772	3.338.309
PR	627.961	681.703	651.647	673.062	738.180	68.808	67.783	74.151	67.335	67.526	69.350	66.704	67.665	65.124	68.977	68.270	74.904	826.597
SC	438.133	473.725	482.084	510.563	564.258	49.241	58.345	61.723	52.327	55.208	51.970	50.567	49.611	46.304	46.697	48.778	57.686	628.457
RS	707.801	763.819	714.880	730.183	797.816	66.265	73.430	86.511	69.393	76.995	70.896	70.109	73.506	61.702	56.749	62.759	75.130	843.445
MS	107.130	116.204	119.843	127.849	141.978	12.070	13.916	14.542	12.632	13.232	13.564	11.926	12.799	13.581	12.592	14.861	13.140	158.855
MT	147.069	161.772	171.610	185.078	225.683	17.708	18.421	21.362	21.076	23.891	21.340	19.277	20.177	18.745	22.242	23.390	18.527	246.156
GO	243.807	270.706	279.342	280.568	309.345	26.596	25.570	27.697	26.763	28.594	28.265	28.233	28.372	27.720	31.176	34.221	35.329	348.536
DF	152.871	174.299	146.975	151.261	154.088	13.470	13.995	15.800	11.677	14.571	14.132	14.425	14.959	13.964	12.417	14.912	16.160	170.482
Total	9.010.536	9.760.564	9.049.965	9.163.910	9.773.220	864.648	898.017	979.505	843.935	888.802	894.412	887.229	936.338	869.505	853.551	952.453	1.055.144	10.923.539

TABELA A.3.1C
VARIAÇÃO DO NÍVEL DE EMPREGO POR UF

	2000	2001	2002	2003	2004	Jan./05	Fev./05	Mar./05	Abr./05	Maio/05	Jun./05	Jul./05	Ago./05	Set./05	Out./05	Nov./05	Dez./05	2005
RO	2.875	2.475	4.755	3.399	6.035	393	507	–295	1.301	909	1.556	503	1.168	925	–30	–5	–2.048	4.884
AC	1.331	1.422	815	–153	820	288	3	77	141	487	625	490	277	352	21	–111	–314	2.336
AM	13.044	6.149	11.097	10.136	22.731	–362	267	1.785	3.736	3.369	2.886	2.334	5.113	2.951	2.430	1.175	–5.745	19.939
RR	145	403	41	247	914	96	35	108	134	184	302	24	–5	337	289	116	–157	1.463
PA	15.174	11.401	13.320	12.470	38.204	1.144	450	1.581	3.002	1.256	2.617	304	2.587	5.480	2.212	1.666	–4.502	17.797
AP	1.374	755	787	–239	2.906	–251	–195	–181	69	150	212	299	979	433	271	280	–775	1.291
TO	1.606	–443	425	3.026	5.803	83	689	93	906	362	1.180	–66	248	248	206	–978	–1.977	994
MA	3.846	3.633	3.242	6.093	10.039	1.245	425	882	3.522	1.658	916	556	1.194	1.640	1.488	1.947	–2.591	12.882
PI	2.312	–156	5.326	1.953	5.890	–227	300	522	1.587	715	638	1.018	1.444	494	1.157	959	–2.045	6.562
CE	17.779	17.081	30.831	18.645	31.240	–552	–489	1.066	1.673	1.669	3.420	3.631	5.986	6.541	4.911	4.975	–1.956	30.875
RN	8.962	5.865	10.756	7.080	17.992	–9	–1.535	–1.909	2.674	3.504	1.121	–185	3.173	6.981	2.194	2.176	211	18.396
PB	5.005	–141	7.160	–3.352	12.713	–1.732	–5.074	–1.527	593	1.637	1.787	1.338	6.256	4.312	2.215	1.956	–993	10.768
PE	19.866	13.509	17.173	13.829	37.426	–1.770	–18.932	–6.062	3.179	8.403	6.182	5.740	5.250	34.112	7.176	2.591	–5.639	40.230
AL	11.904	6.731	7.812	10.872	9.682	–1.576	–13.679	–18.080	–2.426	864	2.603	1.509	–104	30.640	8.942	–64	–2.924	5.705
SE	3.244	796	10.836	2.482	9.891	943	1	–1.710	1.084	373	1.109	748	837	1.084	2.778	903	–506	7.644
BA	29.631	13.149	37.298	26.502	52.724	4.882	3.112	6.426	9.387	9.511	9.807	7.377	6.047	5.975	4.564	2.655	–5.791	63.952
MG	39.586	31.361	95.416	75.649	175.254	11.806	12.979	17.417	31.825	42.550	60.446	22.287	–339	–11.466	2.922	–1.349	–33.669	155.409
ES	18.257	21.820	23.552	13.003	36.007	2.308	–62	4.823	9.627	9.176	1.960	1.335	4.446	3.302	6.077	2.015	–4.347	40.660

(continua)

(continuação)

	2000	2001	2002	2003	2004	Jan./05	Fev./05	Mar./05	Abr./05	Maio/05	Jun./05	Jul./05	Ago./05	Set./05	Out./05	Nov./05	Dez./05	2005
RJ	61.220	59.420	72.646	58.547	107.830	–1.302	5.454	6.090	17.115	16.595	12.840	10.050	13.133	14.556	12.722	17.828	–3.970	121.111
SP	240.882	182.969	199.678	171.509	497.652	52.783	52.670	53.026	120.467	87.965	67.157	54.415	55.956	58.792	36.742	–36.877	–130.165	472.931
PR	28.143	53.857	58.589	62.370	122.648	3.200	9.147	15.529	24.078	15.674	6.950	4.631	10.319	6.175	–973	–525	–21.831	72.374
SC	30.079	51.848	49.441	45.681	90.751	18.397	7.129	2.360	5.856	1.475	3.611	1.706	7.436	7.793	9.866	11.285	–13.283	63.631
RS	53.492	50.309	42.688	47.681	116.822	15.184	7.247	6.440	7.380	–5.831	–3.450	–8.592	–4.374	2.017	12.115	13.752	–15.625	26.263
MS	6.465	10.934	11.471	12.500	20.087	2.682	1.039	2.630	2.822	2.467	221	1.415	922	–1.251	–1.304	–2.931	–4.100	4.612
MT	4.083	12.982	10.879	16.313	27.768	5.287	4.973	5.234	1.876	–656	1.180	–1.482	–1.587	–1.254	–4.130	–8.086	–7.131	–5.776
GO	21.990	21.381	19.263	20.779	37.253	2.011	5.700	4.705	9.834	6.034	5.133	4.247	5.933	3.953	–595	–3.272	–12.011	31.672
DF	15.301	11.569	17.117	8.411	26.194	1.021	1.124	1.935	4.653	1.950	2.527	1.841	3.165	4.336	3.909	1.750	–2.855	25.356
Total	657.596	591.079	762.414	645.433	1.523.276	115.972	73.285	102.965	266.095	212.450	195.536	117.473	135.460	189.458	118.175	14.697	–286.739	1.253.961

TABELA A.3.2A
ADMISSÕES POR SETOR DE ATIVIDADE

		Extr. min.	Ind. transf.	Siup	Constr. civil	Comércio	Serviços	Adm. públ.	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
1999		30.619	1.794.460	50.091	919.971	1.882.359	2.940.430	86.262	457.624	19.609	8.181.425
2000		36.878	2.066.171	46.848	1.052.518	2.109.061	3.426.286	79.794	840.289	10.287	9.668.132
2001		34.171	2.121.599	66.214	1.116.777	2.293.126	3.712.195	97.241	905.673	4.647	10.351.643
2002		31.582	2.026.046	46.818	1.032.656	2.234.658	3.402.894	88.016	949.651	58	9.812.379
2003		33.158	2.040.075	39.441	926.269	2.274.583	3.390.358	72.855	1.031.572	1.032	9.809.343
2004		40.357	2.512.042	47.204	1.005.910	2.639.535	3.767.385	72.036	1.211.892	135	11.296.496
2005	Janeiro	3.876	207.577	7.550	85.442	229.805	340.837	10.491	95.038	4	980.620
	Fevereiro	3.255	209.535	5.546	76.729	213.399	350.383	16.000	96.425	30	971.302
	Março	3.785	243.904	6.017	92.073	250.047	383.754	12.197	90.682	11	1.082.470
	Abril	3.920	265.936	5.789	89.679	238.030	374.085	8.459	124.121	11	1.110.030
	Maio	4.385	241.161	5.111	93.685	248.366	363.513	6.803	138.215	13	1.101.252
	Junho	4.288	209.972	4.370	98.183	248.086	355.878	6.864	162.287	20	1.089.948
	Julho	4.259	196.037	4.681	96.509	233.264	340.812	8.257	120.879	4	1.004.702
	Agosto	4.063	217.411	5.326	104.140	253.243	381.331	8.015	98.244	25	1.071.798
	Setembro	3.760	257.120	5.024	101.530	244.684	350.613	7.396	88.792	44	1.058.963
	Outubro	3.358	204.860	4.549	96.231	243.295	341.201	5.214	73.011	7	971.726
	Novembro	3.261	178.208	4.367	88.978	274.513	343.572	4.447	70.397	22	967.765
	Dezembro	2.905	120.263	4.958	68.619	235.766	292.231	3.403	40.264	16	768.425
	2005	42.210	2.431.721	58.330	1.023.179	2.676.732	3.925.979	94.143	1.158.091	162	11.410.576

Fonte: Caged/MTE.

TABELA A.3.2B
DESLIGAMENTOS POR SETOR DE ATIVIDADE

		Extr. min.	Ind. transf.	Siup	Constr. civil	Comércio	Serviços	Adm. públ.	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
1999		31.951	1.779.561	66.090	1.033.114	1.867.783	2.925.528	77.086	577.175	19.138	8.377.426
2000		33.169	1.873.308	62.138	1.054.145	1.933.589	3.142.358	76.612	830.494	4.723	9.010.536
2001		31.720	2.017.777	64.674	1.150.181	2.083.321	3.401.233	85.467	922.801	3.390	9.760.564
2002		25.999	1.864.875	41.541	1.062.081	1.951.397	3.117.097	77.812	909.072	91	9.049.965
2003		26.553	1.911.284	36.294	974.424	2.048.675	3.130.073	63.025	973.374	208	9.163.910
2004		30.020	2.007.432	42.638	955.147	2.235.595	3.297.262	72.418	1.132.618	90	9.773.220
2005	Janeiro	2.638	174.733	4.885	77.563	218.619	286.336	8.881	90.978	15	864.648
	Fevereiro	2.672	208.725	3.690	75.819	204.752	299.723	4.783	97.845	8	898.017
	Março	3.017	225.945	4.457	85.821	236.085	329.618	5.430	89.129	3	979.505
	Abril	2.850	186.441	4.031	75.147	204.722	286.610	4.210	79.914	10	843.935
	Maio	3.128	195.223	4.492	81.398	214.483	305.834	4.768	79.471	5	888.802
	Junho	2.992	192.979	4.055	80.597	215.963	309.209	6.673	81.937	7	894.412
	Julho	3.192	189.918	4.905	83.034	204.365	308.583	4.793	88.432	7	887.229
	Agosto	3.026	199.238	3.895	85.855	209.890	311.150	4.487	118.785	12	936.338
	Setembro	2.982	176.154	3.979	84.900	197.653	286.839	4.435	112.551	12	869.505
	Outubro	2.804	178.522	3.834	85.161	194.249	283.760	3.450	101.757	14	853.551
	Novembro	3.088	223.023	3.425	92.493	200.008	301.212	3.189	127.485	11	953.934
	Dezembro	3.196	223.535	4.107	98.957	221.894	339.631	20.848	142.949	27	1.055.144
2005		32.389	2.150.901	45.648	907.788	2.300.789	3.308.874	55.099	1.068.284	93	9.869.876

Fonte: Caged/MTE.

TABELA A.3.2C
VARIAÇÃO DO NÍVEL DE EMPREGO FORMAL POR SETOR DE ATIVIDADE

		Extr. min.	Ind. transf.	Siup	Constr. civil	Comércio	Serviços	Adm. públ.	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
1999		–1.332	14.899	–15.999	–113.143	14.576	14.902	9.176	–119.551	471	–196.001
2000		3.709	192.863	–15.290	–1.627	175.472	283.928	3.182	9.795	5.564	657.596
2001		2.451	103.822	1.540	–33.404	209.805	310.962	11.774	–17.128	1.257	591.079
2002		5.583	161.171	5.277	–29.425	283.261	285.797	10.204	40.579	–33	762.414
2003		6.605	128.791	3.147	–48.155	225.908	260.285	9.830	58.198	824	645.433
2004		10.337	504.610	4.566	50.763	403.940	470.123	–382	79.274	45	1.523.276
2005	Janeiro	1.238	32.844	2.665	7.879	11.186	54.501	1.610	4.060	–11	115.972
	Fevereiro	583	810	1.856	910	8.647	50.660	11.217	–1.420	22	73.285
	Março	768	17.959	1.560	6.252	13.962	54.136	6.767	1.553	8	102.965
	Abril	1.070	79.495	1.758	14.532	33.308	87.475	4.249	44.207	1	266.095
	Maio	1.257	45.938	619	12.287	33.883	57.679	2.035	58.744	8	212.450
	Junho	1.296	16.993	315	17.586	32.123	46.669	191	80.350	13	195.536
	Julho	1.067	6.119	–224	13.475	28.899	32.229	3.464	32.447	–3	117.473
	Agosto	1.037	18.173	1.431	18.285	43.353	70.181	3.528	–20.541	13	135.460
	Setembro	778	80.966	1.045	16.630	47.031	63.774	2.961	–23.759	32	189.458
	Outubro	554	26.338	715	11.070	49.046	57.441	1.764	–28.746	–7	118.175
	Novembro	173	–44.815	942	–3.515	74.505	42.360	1.258	–57.088	11	13.831
	Dezembro	–291	–103.272	851	–30.338	13.872	–47.400	–17.445	–102.685	–11	–286.719
2005		9.821	280.820	12.682	115.391	375.943	617.105	39.044	89.807	69	1.540.700

Fonte: Caged/MTE.

TABELA A.4.1.1
TAXA DE DESEMPREGO POR REGIÃO METROPOLITANA: PME
[em %]

Período		RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total
2002[a]		12,5	15,0	10,6	10,1	12,7	8,8	11,7
2003		13,8	16,7	10,8	9,2	14,1	9,5	12,3
2004		12,7	16,0	10,6	9,0	12,6	8,6	11,5
2005	Janeiro	12,2	15,8	9,8	7,4	11,1	7,0	10,2
	Fevereiro	13,2	15,6	9,9	8,4	11,5	7,1	10,6
	Março	14,1	15,7	10,7	8,4	11,5	7,9	10,8
	Abril	13,0	17,0	9,5	8,6	11,4	8,0	10,8
	Maio	12,8	15,9	8,9	8,5	10,5	7,7	10,2
	Junho	9,6	14,7	8,5	6,9	10,5	7,1	9,4
	Julho	12,7	15,7	8,2	7,2	9,9	7,0	9,4
	Agosto	13,4	15,5	8,3	7,4	9,4	7,6	9,4
	Setembro	15,0	15,2	8,1	7,4	9,7	8,4	9,6
	Outubro	14,3	14,9	8,5	7,9	9,6	7,5	9,6
	Novembro	14,7	15,0	8,2	7,7	9,7	7,2	9,6
	Dezembro	13,9	14,6	7,0	6,8	7,8	6,7	8,3
	2005	13,1	15,5	8,9	7,7	10,3	7,5	9,8

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.4.1.2
TAXA DE DESEMPREGO ABERTO: PED
[em %]

Período		SP	DF	POA	SAL	BH	RE
2002[a]		12,1	12,7	10,0	16,4	11,5	11,3
2003		12,7	14,5	11,0	17,1	12,2	13,6
2004		11,8	13,2	10,7	15,0	12,7	14,4
2005	Janeiro	9,9	11,9	9,7	14,0	11,2	12,1
	Fevereiro	10,4	12,3	9,7	13,4	11,6	12,7
	Março	10,9	13,2	10,1	14,0	11,7	14,0
	Abril	11,1	13,3	10,5	14,9	12,2	14,6
	Maio	11,0	13,2	10,9	15,5	11,6	14,6
	Junho	11,0	12,7	10,8	15,1	11,2	14,1
	Julho	10,8	12,5	10,3	14,5	11,0	14,3
	Agosto	10,6	12,1	10,1	14,3	10,7	14,3
	Setembro	10,4	11,9	10,4	14,1	10,3	14,3
	Outubro	10,6	11,9	10,7	14,1	10,1	13,9
	Novembro	10,2	12,2	10,7	13,9	10,1	13,8
	Dezembro	9,7	n.d.	9,7	13,6	9,8	13,4
	2005	10,6	12,5	10,3	14,3	11,0	13,8

Fonte: PED/Dieese.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.4.1.3
TAXA DE DESEMPREGO OCULTO POR DESALENTO: PED
[em %]

Período		SP	DF	POA	SAL	BH	RE
2002[a]		2,0	3,5	1,9	3,2	2,4	4,5
2003		2,1	3,6	2,0	3,4	2,8	4,7
2004		1,9	3,7	1,7	3,1	2,6	4,5
2005	Janeiro	1,8	3,5	1,7	3,0	2,6	4,2
	Fevereiro	1,9	3,6	1,7	3,5	2,9	4,3
	Março	1,7	3,4	1,7	3,7	2,9	4,4
	Abril	1,5	3,2	1,4	3,5	2,9	4,1
	Maio	1,4	3,0	1,2	2,8	2,9	4,1
	Junho	1,5	3,1	1,1	2,7	2,8	4,0
	Julho	1,5	3,0	1,2	2,7	2,5	4,1
	Agosto	1,4	2,9	1,4	2,8	2,4	4,1
	Setembro	1,6	2,7	1,4	2,5	2,4	4,1
	Outubro	1,7	2,6	1,2	2,4	2,6	n.d.
	Novembro	1,6	n.d.	1,1	2,1	2,7	n.d.
	Dezembro	1,4	n.d.	1,1	2,2	n.d.	n.d.
	2005	1,6	3,1	1,4	2,8	2,7	4,2

Fonte: PED/Dieese.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.4.1.4
TAXA DE DESEMPREGO OCULTO POR PRECARIEDADE: PED
[em %]

Período		SP	DF	POA	SAL	BH	RE
2002[a]		4,9	4,1	3,5	7,8	4,1	4,7
2003		5,1	4,5	3,6	7,6	4,7	4,6
2004		5,1	4,2	3,6	7,6	4,1	4,5
2005	Janeiro	5,0	3,8	2,9	7,8	3,5	4,2
	Fevereiro	4,8	3,6	2,9	7,7	3,6	4,2
	Março	4,7	3,7	2,7	7,7	3,7	4,3
	Abril	4,9	3,7	2,8	7,3	3,6	4,6
	Maio	5,1	3,9	2,8	7,5	3,7	4,4
	Junho	5,1	3,7	3,1	7,7	3,7	4,5
	Julho	5,2	3,7	3,0	7,7	3,5	4,4
	Agosto	5,0	3,5	3,2	7,5	3,0	4,2
	Setembro	4,9	3,7	3,0	7,0	2,7	4,0
	Outubro	4,6	3,7	2,9	6,9	2,7	n.d.
	Novembro	4,6	n.d.	2,8	6,8	2,9	n.d.
	Dezembro	4,7	n.d.	2,9	7,4	n.d.	n.d.
	2005	4,9	3,7	2,9	7,4	3,3	4,3

Fonte: PED/Dieese.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.4.1.5
TAXA DE DESEMPREGO TOTAL: PED
[em %]

Período		SP	DF	POA	SAL	BH	RE
2002[a]		19,0	20,3	15,3	27,4	18,1	20,4
2003		19,9	22,5	16,6	28,1	19,8	22,9
2004		18,8	21,1	15,9	25,7	19,4	22,4
2005	Janeiro	16,7	19,2	14,3	24,8	17,3	20,5
	Fevereiro	17,1	19,4	14,3	24,6	18,1	21,2
	Março	17,3	20,3	14,5	25,4	18,3	22,7
	Abril	17,5	20,2	14,7	25,7	18,7	23,3
	Maio	17,5	20,1	14,9	25,8	18,2	23,1
	Junho	17,5	19,5	15,0	25,5	17,7	22,6
	Julho	17,5	19,1	14,5	24,9	17,0	22,8
	Agosto	17,1	18,6	14,7	24,6	16,1	22,6
	Setembro	16,9	18,4	14,8	23,6	15,4	22,4
	Outubro	16,9	18,2	14,8	23,3	15,4	22,1
	Novembro	16,4	18,4	14,6	22,8	15,7	21,9
	Dezembro	15,8	n.d.	13,7	23,2	n.d.	21,4
	2005	17,0	19,2	14,6	24,5	17,1	22,2

Fonte: PED/Dieese.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.4.2
TAXA DE DESEMPREGO POR GÊNERO: PME
[em %]

Período		Masculino	Feminino
2002[a]		9,9	13,9
2003		10,1	15,2
2004		9,1	14,4
2005	Janeiro	7,9	12,9
	Fevereiro	8,2	13,6
	Março	8,5	13,7
	Abril	8,4	13,7
	Maio	8,0	12,8
	Junho	7,3	11,9
	Julho	7,4	11,9
	Agosto	7,7	11,5
	Setembro	7,7	12,0
	Outubro	7,6	12,0
	Novembro	7,6	12,0
	Dezembro	6,9	10,2
	2005	7,8	12,3

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.4.3
TAXA DE DESEMPREGO POR GRAU DE INSTRUÇÃO: PME
[anos de escolaridade (%)]

Período		< 8	8-10	> = 11
2002[a]		12,0	15,4	9,6
2003		12,0	16,6	10,7
2004		10,5	15,8	10,4
2005	Janeiro	9,2	13,3	9,5
	Fevereiro	9,7	14,2	9,8
	Março	9,9	14,3	10,1
	Abril	9,5	14,3	10,2
	Maio	8,8	13,6	9,7
	Junho	7,9	13,4	8,8
	Julho	8,3	13,3	8,6
	Agosto	8,4	13,0	8,6
	Setembro	8,6	13,6	8,7
	Outubro	8,7	13,4	8,7
	Novembro	9,0	13,1	8,6
	Dezembro	7,7	10,7	7,9
	2005	8,8	13,4	9,1

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.4.4
TAXA DE DESEMPREGO POR FAIXA ETÁRIA: PME
[em %]

Período		15-17	18-24	25-49	> = 50
2002[a]		34,2	21,6	9,0	4,9
2003		38,2	23,4	9,4	5,3
2004		35,4	22,5	8,7	4,7
2005	Janeiro	34,2	20,7	7,6	4,1
	Fevereiro	36,6	21,8	7,9	4,3
	Março	36,0	22,4	8,2	4,2
	Abril	37,3	22,4	8,1	3,9
	Maio	31,9	22,0	7,5	3,8
	Junho	33,8	20,1	6,9	3,7
	Julho	32,0	20,0	7,1	3,6
	Agosto	31,8	19,9	7,0	3,8
	Setembro	32,2	20,7	7,2	3,5
	Outubro	33,8	19,9	7,2	3,7
	Novembro	33,4	19,7	7,3	3,4
	Dezembro	26,6	17,7	6,4	2,8
	2005	33,4	20,6	7,4	3,8

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.4.6
TAXA DE DESEMPREGO POR POSIÇÃO NA FAMÍLIA: PME
[em %]

Período		Chefe	Outros
2002[a]		7,1	15,7
2003		7,2	16,9
2004		6,4	15,9
2005	Janeiro	5,7	14,1
	Fevereiro	6,0	14,7
	Março	6,4	14,7
	Abril	6,1	14,9
	Maio	5,5	14,3
	Junho	5,1	13,2
	Julho	5,4	13,1
	Agosto	5,3	13,0
	Setembro	5,4	13,3
	Outubro	5,6	13,1
	Novembro	5,5	13,1
	Dezembro	4,7	11,5
	2005	5,6	13,6

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.4.7
COMPOSIÇÃO DO DESEMPREGO POR GÊNERO: PME
[em %]

Período		Masculino	Feminino
2002[a]		47,7	52,3
2003		45,4	54,6
2004		43,6	56,4
2005	Janeiro	43,1	56,9
	Fevereiro	42,6	57,4
	Março	43,1	56,9
	Abril	42,9	57,1
	Maio	42,9	57,1
	Junho	42,9	57,1
	Julho	43,1	56,9
	Agosto	44,8	55,2
	Setembro	43,9	56,1
	Outubro	43,8	56,2
	Novembro	43,5	56,5
	Dezembro	45,4	54,7
	2005	43,5	56,5

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.4.9
COMPOSIÇÃO DO DESEMPREGO POR POSIÇÃO NA FAMÍLIA: PME
[em %]

Período		Chefe	Outros
2002[a]		29,1	70,9
2003		27,6	72,4
2004		26,1	73,9
2005	Janeiro	26,06	73,94
	Fevereiro	26,20	73,80
	Março	27,57	72,43
	Abril	26,31	73,69
	Maio	25,41	74,59
	Junho	25,85	74,15
	Julho	27,11	72,89
	Agosto	26,49	73,51
	Setembro	26,31	73,69
	Outubro	27,29	72,71
	Novembro	26,70	73,30
	Dezembro	25,98	74,02
	2005	26,4	73,6

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.4.10
COMPOSIÇÃO DO DESEMPREGO POR FAIXA ETÁRIA: PME
[em %]

Período		10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002[a]		0,7	8,3	36,8	48,0	6,2
2003		0,9	9,0	36,5	47,0	6,6
2004		0,7	8,6	37,4	46,7	6,6
2005	Janeiro	0,6	8,7	37,9	46,1	6,7
	Fevereiro	0,6	8,7	38,0	46,2	6,5
	Março	0,3	8,2	38,3	46,8	6,5
	Abril	0,3	8,8	38,5	46,4	6,0
	Maio	0,3	7,7	40,2	45,5	6,3
	Junho	0,4	8,3	39,3	45,4	6,7
	Julho	0,5	7,4	38,5	46,9	6,6
	Agosto	0,4	8,1	38,3	46,3	6,9
	Setembro	0,6	7,9	39,3	46,1	6,1
	Outubro	0,5	8,6	37,6	46,8	6,5
	Novembro	0,5	8,1	37,9	47,3	6,1
	Dezembro	0,6	7,2	38,9	47,3	5,9
	2005	0,5	8,1	38,5	46,4	6,4

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.4.11
COMPOSIÇÃO DO DESEMPREGO POR GRAU DE INSTRUÇÃO: PME
[anos de escolaridade (%)]

Período		< 8	8-10	> = 11
2002[a]		36,2	26,9	36,8
2003		33,2	26,9	39,8
2004		29,9	26,9	43,2
2005	Janeiro	28,81	25,05	46,14
	Fevereiro	28,16	25,65	46,19
	Março	28,59	24,88	46,53
	Abril	27,33	25,47	47,21
	Maio	26,85	25,65	47,50
	Junho	26,07	27,32	46,61
	Julho	27,22	27,03	45,75
	Agosto	27,62	26,65	45,74
	Setembro	27,48	27,52	45,00
	Outubro	27,65	26,94	45,41
	Novembro	28,68	26,89	44,42
	Dezembro	27,88	24,13	47,99
	2005	27,7	26,1	46,2

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.4.13
COMPOSIÇÃO DO DESEMPREGO POR FAIXA DE DURAÇÃO: PME
[em %]

Período		<1	1-6	7-11	12-23	> = 24
2002[a]		20,8	40,8	9,8	14,4	14,3
2003		18,3	47,6	10,8	12,0	11,4
2004		20,5	43,6	9,8	13,5	12,6
2005	Janeiro	27,3	39,0	7,9	14,3	11,5
	Fevereiro	23,3	44,3	7,3	13,0	12,2
	Março	23,1	47,8	6,4	12,7	10,1
	Abril	21,7	46,8	7,2	13,7	10,7
	Maio	21,4	46,1	7,6	13,2	11,8
	Junho	22,1	45,6	7,3	13,2	11,8
	Julho	22,9	43,5	9,6	11,1	12,9
	Agosto	22,0	41,9	11,2	12,5	12,5
	Setembro	23,3	42,6	10,9	11,4	11,8
	Outubro	20,2	43,6	12,5	11,5	12,2
	Novembro	21,9	43,1	10,7	12,3	12,0
	Dezembro	21,0	42,6	10,1	13,8	12,3
	2005	22,7	43,8	9,0	12,7	11,8

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

A5. SEGURO-DESEMPREGO

TABELA A.5.1
REQUERENTES, SEGURADOS E VALOR MÉDIO DO BENEFÍCIO

Período		Requerentes	Segurados	Taxa de habilitação	V.M.B.[a]
	1991	3.724.840	3.498.235	93,92	1,83
	1992	4.015.225	3.895.157	97,01	1,69
	1993	3.828.060	3.759.623	98,21	1,41
	1994	4.090.975	4.031.230	98,54	1,55
	1995	4.792.288	4.742.043	98,95	1,54
	1996	4.397.264	4.360.917	99,17	1,56
	1997	4.426.718	4.400.738	99,41	1,57
	1998	4.398.302	4.357.528	99,07	1,56
	1999	4.416.358	4.315.593	97,72	1,55
	2000	4.260.699	4.176.004	98,01	1,50
	2001	4.773.973	4.690.923	98,26	1,48
	2002	4.885.237	4.806.382	98,39	1,43
	2003	5.064.628	4.984.969	98,43	1,38
	2004	4.893.512	4.813.887	98,37	1,39
2005	Janeiro	462.505	453.656	98,09	1,40
	Fevereiro	430.994	423.160	98,18	1,40
	Março	546.835	537.578	98,31	1,40
	Abril	472.837	464.588	98,26	1,42
	Maio	465.485	456.921	98,16	1,31
	Junho	461.761	453.424	98,19	1,31
	Julho	440.258	432.410	98,22	1,32
	Agosto	477.012	468.152	98,14	n.d.
	Setembro	427.521	419.358	98,09	n.d.
	Outubro	383.450	374.744	97,73	n.d.
	Novembro	446.292	430.763	96,55	n.d.
	Dezembro	348.596	330.780	94,89	n.d.
2005		5.363.546	5.245.534	97,73	1,37**

Fonte: MTE.

Nota: A partir desta publicação do *Boletim Mercado de Trabalho, Conjuntura e Análise*, a atualização das estatísticas do seguro-desemprego passaram a ser coletadas na Seção SAEG.net, no *site* do MTE.

[a] Valor médio do benefício em SMR.

n.d. = não-disponível.

A7. RENDIMENTOS

TABELA A.7.1A
RENDIMENTOS MÉDIOS REAIS HABITUALMENTE RECEBIDOS POR REGIÃO
[em R$ de dezembro de 2005]

Período		RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total
2002[a]		791,30	797,63	912,83	1.068,28	1.246,24	1.037,17	1.093,74
2003		676,00	738,32	835,18	905,94	1.099,69	941,67	960,70
2004		658,85	738,91	837,06	894,08	1.090,36	953,67	953,51
2005	Janeiro	643,06	721,58	854,01	928,48	1.094,75	938,59	960,71
	Fevereiro	666,85	719,90	856,74	918,42	1.111,46	972,13	969,97
	Março	646,22	745,20	862,14	913,66	1.126,21	934,41	974,97
	Abril	677,06	733,94	874,04	903,28	1.088,94	920,77	957,88
	Maio	655,78	705,41	865,47	874,65	1.085,39	918,44	943,61
	Junho	691,02	721,76	870,70	884,50	1.100,42	934,72	957,85
	Julho	724,10	745,33	882,29	903,10	1.133,66	939,50	981,77
	Agosto	725,17	778,70	866,55	929,52	1.130,55	949,84	988,35
	Setembro	775,47	804,65	869,65	928,59	1.117,08	959,08	988,29
	Outubro	724,66	802,34	846,01	950,41	1.086,75	960,64	974,44
	Novembro	697,31	806,21	843,10	942,11	1.110,79	941,03	978,07
	Dezembro	699,90	807,40	846,40	962,70	1.137,20	948,70	995,40
	2005	693,88	757,70	861,43	919,95	1.110,27	943,15	972,61

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.7.1B
RENDIMENTOS MÉDIOS REAIS EFETIVAMENTE RECEBIDOS POR REGIÃO
[em R$ de novembro de 2005]

Período		RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total
2002[a]		810,43	827,41	946,37	1.092,44	1.286,27	1.052,24	1.125,34
2003		692,11	752,18	863,03	941,62	1.123,90	975,07	987,92
2004		669,27	755,28	871,86	936,18	1.135,01	978,96	990,31
2005	Janeiro	664,42	732,94	870,99	933,48	1.133,92	984,56	985,88
	Fevereiro	647,33	750,31	879,85	925,17	1.153,19	946,29	990,97
	Março	683,25	736,42	896,86	929,23	1.106,85	943,10	975,79
	Abril	666,13	714,46	888,36	895,30	1.101,37	926,75	959,82
	Maio	693,84	727,24	876,22	889,50	1.109,51	934,26	963,33
	Junho	746,64	749,43	895,22	906,46	1.145,77	949,45	991,57
	Julho	728,85	781,17	879,75	933,86	1.145,96	961,39	998,70
	Agosto	775,73	804,67	884,61	938,05	1.130,45	959,75	997,39
	Setembro	736,68	817,79	858,80	962,18	1.102,37	967,27	987,78
	Outubro	713,76	816,20	857,23	963,79	1.128,38	952,68	995,32
	Novembro	760,74	861,98	899,71	1.045,69	1.305,52	1.029,71	1.108,15
	2005[b]	710,67	772,06	880,69	938,43	1.142,12	959,56	995,88

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período fev.-dez.
[b] Média referente ao período jan.-nov.

TABELA A.7.6A
RENDIMENTOS MÉDIOS REAIS HABITUALMENTE RECEBIDOS POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO
[em R$ de dezembro de 2005]

Período		Setor privado			Setor público	Conta-própria	Total
		Com carteira	Sem carteira	Total			
2002[a]		1.067,32	664,59	962,65	1.525,70	944,60	1.093,50
2003		984,75	614,02	882,82	1.426,17	758,82	960,70
2004		987,45	612,30	881,04	1.398,22	757,06	953,51
2005	Janeiro	972,62	650,60	879,76	1.429,05	751,08	960,71
	Fevereiro	984,11	639,85	888,66	1.472,68	758,59	969,97
	Março	991,88	636,02	893,89	1.447,18	755,57	974,97
	Abril	966,05	616,96	868,70	1.440,76	748,29	957,88
	Maio	966,98	611,50	868,65	1.424,21	723,59	943,61
	Junho	979,42	641,37	885,64	1.437,28	737,98	957,85
	Julho	992,72	638,16	894,47	1.444,42	771,79	981,77
	Agosto	1.005,92	653,42	908,22	1.472,47	784,02	988,35
	Setembro	992,24	622,53	890,77	1.467,99	811,09	988,29
	Outubro	963,65	646,33	875,40	1.435,79	806,71	974,44
	Novembro	966,53	670,85	884,63	1.491,15	785,57	978,07
	Dezembro	974,30	686,80	896,40	1.488,60	812,50	995,40
	2005	979,70	642,87	886,27	1.454,30	770,57	972,61

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.7.6B
RENDIMENTOS MÉDIOS REAIS EFETIVAMENTE RECEBIDOS POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO
[em R$ de novembro de 2005]

Período		Setor privado			Setor público	Conta-própria	Total
		Com carteira	Sem carteira	Total			
2002[a]		1.110,03	677,48	999,16	1.592,27	941,74	1.125,34
2003		1.024,21	631,61	918,92	1.476,97	759,41	987,92
2004		1.031,25	636,37	921,80	1.459,07	764,78	990,31
2005	Janeiro	998,42	654,57	905,67	1.508,85	757,35	985,88
	Fevereiro	1.001,47	653,58	908,63	1.468,73	762,85	990,97
	Março	979,81	633,96	886,26	1.467,61	756,08	975,79
	Abril	980,33	626,75	885,23	1.444,94	732,67	959,82
	Maio	985,89	651,76	895,66	1.434,53	733,10	963,33
	Junho	996,03	647,95	902,04	1.457,33	770,29	991,57
	Julho	1.013,20	668,07	920,12	1.477,47	786,90	998,70
	Agosto	1.000,94	635,64	903,35	1.474,40	808,29	997,39
	Setembro	973,39	659,03	887,93	1.445,69	818,29	987,78
	Outubro	978,68	690,21	901,02	1.505,79	796,02	995,32
	Novembro	1.139,36	735,79	1.032,77	1.689,78	850,51	1.108,15
	2005[b]	1.004,32	659,76	911,70	1.488,65	779,30	995,88

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período fev.-dez.
[b] Média referente ao período jan.-nov.

TABELA A.7.7
SALÁRIO MÍNIMO REAL
[em R$ de dezembro de 2005]

Período		SMR	Período		SMR
Média	1991	131,79	2005	Janeiro	270,49
	1992	137,47		Fevereiro	269,31
	1993	151,63		Março	267,35
	1994	141,11		Abril	264,94
	1995	155,69		Maio	303,58
	1996	206,76		Junho	303,91
	1997	212,01		Julho	303,82
	1998	220,54		Agosto	303,82
	1999	222,57		Setembro	303,37
	2000	230,20		Outubro	301,62
	2001	251,11		Novembro	300,00
	2002	257,52		Dezembro	298,80
	2003	262,22	Média	2005	290,92
	2004	271,99			

A9. INFORMALIDADE

TABELA A.9.1
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS SEM CARTEIRA ASSINADA NA OCUPAÇÃO TOTAL POR REGIÃO METROPOLITANA
[em %]

Período		RJ	SP	PA	BH	RE	SA	Total
2002[a]		23,2	23,2	19,7	21,6	26,5	24,1	23,0
2003		22,7	24,5	20,3	23,2	26,8	23,8	23,7
2004		22,9	25,9	20,7	24,0	26,2	22,9	24,3
2005	Janeiro	21,8	26,4	21,4	23,7	26,6	24,4	24,4
	Fevereiro	22,3	25,6	22,2	22,6	25,5	23,4	24,0
	Março	22,1	26,1	20,2	21,9	24,5	22,7	23,9
	Abril	23,1	26,3	19,9	22,0	25,8	22,7	24,3
	Maio	22,4	26,3	21,1	22,0	25,1	23,1	24,1
	Junho	22,9	25,7	20,5	23,3	25,8	23,3	24,2
	Julho	23,2	25,8	20,0	22,3	26,6	24,7	24,3
	Agosto	23,2	25,4	20,3	22,3	26,5	25,5	24,2
	Setembro	22,6	25,0	20,9	22,9	26,4	25,9	24,0
	Outubro	23,0	25,3	20,7	22,9	27,2	25,7	24,2
	Novembro	22,5	25,6	21,3	21,7	26,4	25,7	24,1
	Dezembro	21,7	25,2	20,6	22,5	26,1	25,6	23,7
	2005	22,6	25,7	20,8	22,5	26,1	24,4	24,1

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.9.2
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS POR CONTA PRÓPRIA NA OCUPAÇÃO TOTAL POR REGIÃO METROPOLITANA
[em %]

Período		RJ	SP	PA	BH	RE	SA	Total
2002[a]		24,9	17,4	21,1	21,1	25,0	24,5	21,0
2003		24,9	18,6	21,2	21,0	26,3	24,2	21,6
2004		25,7	18,9	20,4	20,5	26,5	26,5	21,9
2005	Janeiro	26,0	17,8	20,9	20,4	25,9	25,2	21,4
	Fevereiro	25,9	17,4	19,0	20,6	24,7	24,4	20,9
	Março	26,6	17,4	19,4	20,6	25,3	24,8	21,2
	Abril	25,8	16,9	19,2	19,3	24,2	25,3	20,5
	Maio	25,3	17,0	18,6	19,8	24,7	25,8	20,5
	Junho	25,3	17,2	19,0	20,3	24,9	25,8	20,7
	Julho	25,5	17,0	19,5	20,4	26,0	25,1	20,7
	Agosto	25,3	17,3	19,1	20,8	25,7	25,6	20,9
	Setembro	25,8	17,7	19,5	20,6	25,1	25,5	21,1
	Outubro	25,5	18,2	19,4	19,1	25,0	25,3	21,1
	Novembro	25,1	17,9	19,0	20,4	24,6	25,2	21,0
	Dezembro	25,2	17,9	19,5	18,9	24,6	24,3	20,8
	2005	25,6	17,5	19,3	20,1	25,0	25,2	20,9

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.9.3
DIFERENCIAL DE RENDIMENTOS EFETIVAMENTE RECEBIDOS PELOS EMPREGADOS DO SETOR PRIVADO COM E SEM CARTEIRA ASSINADA, POR REGIÃO METROPOLITANA
[em %]

Período		RJ	SP	PA	BH	RE	SA	Total
2002[a]		66,0	62,3	27,6	53,2	84,8	79,9	63,9
2003		56,6	66,3	29,2	51,1	76,0	94,4	62,0
2004		55,4	67,5	33,7	64,2	69,9	87,8	61,9
2005	Janeiro	42,4	58,7	26,7	67,2	71,5	60,5	52,5
	Fevereiro	32,2	64,8	23,8	58,7	70,5	71,3	53,2
	Março	36,4	69,3	28,6	57,7	44,2	61,3	54,6
	Abril	48,6	63,5	27,0	50,0	90,7	66,6	56,4
	Maio	56,7	51,0	25,3	47,3	54,7	77,8	51,3
	Junho	64,3	49,2	29,6	56,9	75,6	89,5	53,7
	Julho	42,6	53,8	23,1	49,2	80,5	91,2	51,7
	Agosto	48,2	58,5	49,8	58,0	82,2	96,0	57,5
	Setembro	32,8	48,0	47,7	65,9	78,8	80,7	47,7
	Outubro	36,5	40,5	38,8	46,0	66,6	87,8	41,8
	Novembro	55,0	53,4	52,4	56,0	91,3	82,5	54,8
	2005[b]	45,1	55,5	33,9	55,7	73,3	78,7	52,3

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período fev.-dez.
[b] Média referente ao período jan.-nov.

TABELA A.9.4
DIFERENCIAL DE RENDIMENTOS EFETIVAMENTE RECEBIDOS PELOS EMPREGADOS DO SETOR PRIVADO COM CARTEIRA ASSINADA E OS TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA, POR REGIÃO METROPOLITANA
[em %]

Período		RJ	SP	PA	BH	RE	SA	Total
2002[a]		18,6	10,3	0,6	6,6	36,5	41,2	18,1
2003		35,5	31,6	5,6	15,0	59,3	61,1	34,9
2004		31,3	33,1	12,1	16,1	47,7	54,8	34,8
2005	Janeiro	21,9	34,5	6,9	10,7	33,8	56,3	31,8
	Fevereiro	16,1	35,7	7,8	18,5	31,7	44,9	31,3
	Março	18,2	30,5	6,6	15,7	44,1	46,1	29,6
	Abril	24,7	30,8	8,9	21,5	45,2	64,4	33,8
	Maio	23,3	34,2	13,3	15,6	47,4	54,8	34,5
	Junho	25,5	23,4	6,6	14,5	53,9	47,1	29,3
	Julho	24,8	23,4	9,5	10,6	54,2	45,7	28,8
	Agosto	21,6	18,8	9,8	7,3	40,3	43,3	23,8
	Setembro	23,3	9,6	5,6	23,9	19,9	40,0	19,0
	Outubro	21,0	20,7	4,8	11,1	21,7	48,8	22,9
	Novembro	27,7	33,4	14,3	16,1	39,4	58,1	34,0
	2005[b]	22,6	26,8	8,6	15,1	39,2	50,0	29,0

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período fev.-dez.
[b] Média referente ao período jan.-nov.

EDITORIAL

Coordenação
Ronald do Amaral Menezes

Supervisão
Marcos Hecksher

Revisão
Alejandro Augusto S. V. A. Poinho
Eliezer Moreira
Lucia Duarte Moreira
Elisabete de Carvalho Soares
Marcio Alves de Albuquerque
Míriam Nunes da Fonseca

Editoração
Carlos Henrique Santos Vianna
Joanna Silvestre Friques de Sousa
Roberto das Chagas Campos
Emilia Teles da Silva (estagiária)

Reprografia
Edson Soares

Brasília

SBS - Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES - 9º andar
70076-900 - Brasília - DF
Tel.: (61) 315-5090 Fax: (61) 315-5314
Correio eletrônico: editbsb@ipea.gov.br

Rio de Janeiro

Av. Presidente Antônio Carlos, 51 - 14º andar
20020-010 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 3804-8118 Fax: (21) 2220-5533
Correio eletrônico: editrj@ipea.gov.br

URL: http://www.ipea.gov.br

COMITÊ EDITORIAL

Secretário-Executivo
Marco Aurélio Dias Pires

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,
9º andar – 70076-900 – Brasília – DF
Fone: (61) 315-5336
Fax: (61) 315-5314
Correio eletrônico: madp@ipea.gov.br

Governo Federal

Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão

Ministério do
Trabalho e Emprego

ipea

ISSN 1676-0883